

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

CLARA TATIANA MARIA ROCHA GOMES

COMPROMISSO MUSEOLÓGICO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A URGÊNCIA DE  
COMBATER ESTIGMAS E PROMOVER A INCLUSÃO

OURO PRETO  
2025

CLARA TATIANA MARIA ROCHA GOMES

COMPROMISSO MUSEOLÓGICO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A URGÊNCIA  
DE COMBATER ESTIGMAS E PROMOVER A INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

**Orientador:** Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes

**Linha de pesquisa:** Museologia e Processos Museais Aplicados

OURO PRETO

2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Clara Tatiana Maria Rocha Gomes**

**Compromisso Museológico e Pessoas Com Deficiência: A  
Urgência de Combater Estigmas e Promover a Inclusão**

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal  
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 05 de março de 2026

### Membros da banca

Prof. Dr. Gilson Antonio Nunes - Orientador - Departamento de Museologia - EDTM/UFOP  
Profa. Dra. Ana Cristina Audebert Ramos De Oliveira - Departamento de Museologia - EDTM/UFOP  
Profa. Dra. Vania Carvalho Dos Santos - Departamento de Museologia - EDTM/UFOP

Prof. Dr. Gilson Antonio Nunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/05/2026



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Antonio Nunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/05/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1101487** e o código CRC **C63F952F**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais e à minha avó pelo apoio, apesar das dificuldades, sem eles não seria possível concluir o ensino superior. Gostaria de agradecer à minha família como um todo e aos meus amigos pelo apoio constante ao longo da graduação. Ao meu orientador, pelas orientações e contribuições essenciais para a realização deste trabalho, e também à professora Ana Audebert, suas aulas expositivas também foram fundamentais para o desdobramento deste trabalho. Agradeço a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão desta etapa, meu muito obrigada a todas e a todos.

## RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre museus, poder simbólico e acessibilidade, investigando como processos históricos, políticos e ideológicos influenciaram a constituição do público e a construção das narrativas museológicas no Brasil. Parte-se da compreensão de que as instituições museológicas foram estruturadas, em grande medida, por lógicas elitistas que contribuíram para a hierarquização social e para a exclusão simbólica de diferentes grupos, entre eles as pessoas com deficiência. O objetivo foi compreender de que forma essas estruturas impactam a participação social e o acesso ao patrimônio cultural, considerando não apenas dimensões físicas, mas também comunicacionais e informacionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada principalmente em autores do campo da Museologia. A análise evidencia que a ampliação do acesso aos museus exige a superação de modelos excludentes e a adoção de práticas mais inclusivas, plurais e socialmente comprometidas. Conclui-se que a acessibilidade, associada à perspectiva decolonial e à valorização da diversidade, constitui elemento fundamental para a construção de museus mais democráticos e participativos.

**Palavras-chave:** Museus; Acessibilidade; Participação social; Museologia.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the relationship between museums, symbolic power, and accessibility, investigating how historical, political, and ideological processes have influenced the constitution of the public and the construction of museological narratives in Brazil. It is based on the understanding that museological institutions have largely been structured by elitist logics, which contributed to social hierarchization and the symbolic exclusion of different groups, including people with disabilities. The objective was to understand how these structures impact social participation and access to cultural heritage, considering not only physical dimensions but also communicational and informational aspects. This is a qualitative, bibliographic study grounded in authors from the fields of Museology, Sociomuseology, and decolonial studies. The analysis shows that expanding access to museums requires overcoming exclusionary models and adopting more inclusive, plural, and socially committed practices. It is concluded that accessibility, associated with a decolonial perspective and the valorization of diversity, is a fundamental element for the construction of more democratic and participatory museums.

**Keywords:** Museums; Accessibility; Social Participation; Museology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABNT NBR 9050** — Associação Brasileira de Normas Técnicas - Norma Brasileira 9050

**CFC** — Conselho Federal de Cultura

**EPCD** — Estatuto da Pessoa Com Deficiência

**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBRAM** — Instituto Brasileiro de Museus

**ICOM** — Conselho Internacional de Museus

**LBI** — Lei Brasileira de Inclusão

**MINOM** — Movimento Internacional para uma Nova Museologia

**MUNIC** — Pesquisa de Informações Básicas Municipais

**ONU** — Organização das Nações Unidas

**PNAD** — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNM** — Política Nacional de Museus

**SNDPD/MDHC** — Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

**SPHAN** — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**USHMM** — United States Holocaust Memorial Museum

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL: CONCEPÇÕES E TRATAMENTOS DA DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO ACESSO À CULTURA.....	11
3. MARCOS NORMATIVOS, EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À CULTURA.....	15
4 CONCEITOS.....	22
4.1 Pessoas com deficiência.....	22
4.2 Exclusão, impedimentos e barreiras.....	24
4.3 Incapacidade e doença, autonomia e independência: um paralelo entre o modelo médico e o social.....	26
4.4 Acessibilidade e acessibilidade cultural.....	34
4.5 Conceitos-chave da museologia.....	38
5 DIVERSIDADE EM MUSEUS: ANÁLISE VOLTADA PRINCIPALMENTE PARA COMO OS MUSEUS TÊM FUNCIONADO AO LONGO DO TEMPO EM ÂMBITO NACIONAL.....	41
5.1 Museus e narrativas ao longo do tempo: recorte nacional.....	41
5.2 Rompendo com ideologias coloniais e a valorização da pluralidade: histórico excludente e museus atualmente.....	48
6 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71

## INTRODUÇÃO

Vários estudos apontam alguns problemas em relação à promoção da inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência em diversas localidades no Brasil. Estes estudos investigaram alguns tipos de barreiras que comprovam a falta de tecnologias assistivas, infraestrutura e até mesmo falta de profissionais preparados para atender as pessoas com deficiência adequadamente. Em uma pesquisa recente, Nunes e Paiva (2024, p. 154) afirmam que, mesmo que alguns museus localizados na cidade de Ouro Preto ofereçam alguns recursos de acessibilidade, não é possível considerá-los como acessíveis, os autores concluem que os resultados da pesquisa sobre a avaliação desses recursos reforçam ainda mais que esse problema existe e que essas instituições, assim como o próprio município necessitam promover a acessibilidade.

O objetivo desta pesquisa é justamente compreender quais fenômenos mascaram a falta de acessibilidade ainda nos dias atuais, perpassando por acontecimentos históricos, marcos normativos, conceitos, práticas museais, além de uma abordagem sucinta sobre a Sociomuseologia e como a acessibilidade tem sido promovida pelos profissionais do campo museológico, sendo a pesquisa de abrangência nacional.

A pesquisa é constituída por cinco tópicos, começando pelo segundo tópico, que discute sobre os processos históricos e sociais que contribuíram para a exclusão das pessoas com deficiência, abordando como determinadas concepções culturais, religiosas e científicas influenciaram a forma como esses indivíduos foram percebidos e tratados ao longo da história. O terceiro tópico aborda o processo de reconhecimento jurídico e político dos direitos das pessoas com deficiência, com destaque para documentos internacionais e legislações brasileiras, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Lei Brasileira de Inclusão. Este tópico também discute as dificuldades de efetivação desses direitos na prática, especialmente no que se refere à superação de barreiras sociais, culturais e estruturais. O quarto tópico apresenta os principais conceitos e fundamentos teóricos que orientam o debate contemporâneo sobre deficiência, acessibilidade e inclusão. São discutidos os modelos explicativos da deficiência e as noções de barreiras, igualdade de oportunidades e participação social,

elementos fundamentais para compreender a promoção da acessibilidade em diferentes espaços sociais e culturais. O quinto tópico discute a constituição do público dos museus e as desigualdades no acesso ao capital cultural, analisando como processos sociais, políticos e econômicos influenciam a participação cultural; além de abordar as contribuições da Sociomuseologia e das perspectivas decoloniais para o campo museológico, destacando a importância da diversidade, da participação social e da construção de narrativas mais plurais. Por fim, o sexto tópico analisa a acessibilidade em museus, compreendendo-a como um direito e como elemento fundamental para a democratização do acesso ao patrimônio cultural.

A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se nas contribuições de autores como Gustavo Martins Piccolo (2022, p. 21-22), em sua pesquisa *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*, que situa as pessoas com deficiência ao longo da história abordando questões desde o extermínio e marginalização até a inclusão dessas pessoas com várias implicações, a tese de doutorado de Amanda Tojal intitulada *Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus*, explora questões pertinentes à acessibilidade em museus, e o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (EPCD) (Brasil, 2015), sendo essenciais para promover reflexões e fundamentar o tema abordado.

Sendo assim, quais caminhos poderiam ser traçados para que a acessibilidade seja implementada amplamente? É uma pesquisa relevante pois, compreender as origens desse problema e identificar as possíveis mudanças que podem ser feitas levando em consideração a realidade de cada museu, podem ser cruciais para promover e facilitar possíveis intervenções que possam assegurar o direito ao acesso à cultura que as pessoas com deficiência, assim como qualquer outra, têm.

Para explorar os desafios que dificultam a inclusão e a promoção da acessibilidade em museus, metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados autores de áreas interdisciplinares, como museologia, acessibilidade e sociologia, por exemplo, bem como legislação e normas técnicas pertinentes, a fim de compreender os fundamentos conceituais e as diretrizes práticas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência em

espaços museais. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, articulando os referenciais teóricos com o problema proposto.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL: CONCEPÇÕES E TRATAMENTOS DA DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NO ACESSO À CULTURA**

Este tópico tem como objetivo contextualizar, de maneira sintética, as diferentes formas pelas quais a deficiência foi historicamente concebida e tratada em sociedades e períodos diversos. Ademais, a discussão acerca do acesso à cultura demanda compreender os processos que auxiliaram na promoção de melhorias e reconhecimento de direitos.

Sendo assim, de acordo com Gonçalves e Machado (2018, p. 168), “as diferenças foram, historicamente, inferiorizadas por grupos dominantes, considerados seres racionais, padrão da humanidade, aos quais pertencem os direitos básicos à liberdade e à igualdade”. Tal perspectiva evidencia que desigualdades e exclusões não decorrem de fatores naturais, mas são construídas socialmente por relações de poder que consolidam privilégios e restringem o acesso a direitos. Desse modo, compreender a trajetória histórica das pessoas com deficiência constitui etapa relevante para analisar os obstáculos ainda presentes na atualidade, inclusive aqueles relacionados ao acesso aos museus.

Nesse sentido, Piccolo (2022, p. 62) realiza uma abordagem ampla sobre a realidade das pessoas com deficiência desde a Antiguidade clássica (VIII a. C.) até a contemporaneidade, oferecendo subsídios para compreender como práticas e concepções se consolidaram e foram reproduzidas ao longo do tempo. Como exemplo, Delcourt (1981, *apud* Piccolo, 2022, p. 62) menciona registros em Atenas, Esparta e Roma referentes ao infanticídio (os autores não mencionam o período exato destes registros). O infanticídio é caracterizado pelo abandono de recém-nascidos com comprometimentos físicos. Ainda que o autor não detalhe, de forma específica, a incidência dessa prática sobre deficiências sensoriais ou mentais, o episódio evidencia que determinadas características corporais eram interpretadas como anomalias e associadas a punições divinas. Conforme apontado por Piccolo (2022, p. 63), o abandono não se configurava necessariamente como morte imediata, mas como exposição à sorte e ao desamparo. O autor também destaca que práticas de abandono poderiam ocorrer em situações de precariedade econômica, o que indica que, em determinados contextos, mecanismos de eliminação social afetavam diferentes grupos

vulnerabilizados, embora as pessoas com deficiência estivessem particularmente sujeitas à legitimação simbólica do “descarte”.

Apesar disso, Piccolo (2022, p. 63) também ressalta que a experiência histórica das pessoas com deficiência não foi homogênea. Stiker (1999, *apud* Piccolo, 2022, p. 63) aponta que, em determinadas sociedades antigas, havia alguma preocupação com adultos que adquiriram deficiências físicas após guerras ou acidentes, favorecendo, em certos casos, sua permanência no convívio coletivo. De modo semelhante, no Egito Antigo, há registros de pessoas com deficiência inseridas em diferentes posições sociais, inclusive em camadas hierárquicas diversas (Oliveira, [s.d.], s.p.).

Na Idade Média, contudo, observa-se o fortalecimento de discursos religiosos e sociais que associaram a deficiência ao pecado e, posteriormente, à possessão demoníaca, intensificando práticas de repúdio e exclusão. Durante a Inquisição, indivíduos com deficiência — especialmente aqueles com deficiências mentais, frequentemente vistos como denominados “loucos” — foram alvo de punições severas, podendo ser condenados à morte em casos extremos (Walbier e Silva, 2006, p. 31). Por outro lado, Piccolo (2022, p. 69-73) destaca que determinados discursos cristãos também estimularam ações caritativas, sobretudo a partir de leituras do Novo Testamento, que enfatizavam a cura e a misericórdia como demonstrações da graça divina. Ainda assim, tais práticas tendiam a operar sob uma lógica assistencialista, não garantindo direitos nem participação social em igualdade de condições.

Para uma compreensão mais abrangente, é necessário reconhecer que a deficiência se relaciona diretamente à diversidade social e cultural, não sendo possível estabelecer um percurso histórico único ou universal. Diferentes sociedades elaboraram concepções próprias, atribuindo sentidos distintos às deficiências e estabelecendo práticas de cuidado, exclusão ou participação. Entretanto, também é importante considerar que determinados valores e interpretações difundidos no Ocidente foram amplamente reproduzidos em outros territórios, especialmente por meio de processos coloniais. Assim, concepções ocidentais, como a associação medieval entre deficiência e punição divina, repercutiram em diferentes localidades, incluindo o Brasil, contribuindo para a perpetuação de estigmas e desigualdades.

Ainda no contexto brasileiro, pesquisas também abordam concepções e práticas relacionadas à deficiência em comunidades indígenas. A tese de Correia (2013, p. 21), intitulada *Modos de CoMviver do Índio com Deficiência: Um Estudo de Caso na Etnia Indígena Pankararé*, apresenta análise qualitativa sobre práticas de inclusão de pessoas com deficiência na comunidade Pankararé. Conforme a autora, “alguns índios com deficiências são aceitos, participam, se envolvem no processo, ou pela norma, ou pela ancestralidade, ou pela necessidade financeira, ou porque simplesmente participam desses processos de tradição e tradução” (Correia, 2013, p. 178). Embora existam experiências de participação, a autora também relata situações de preconceito sustentadas por superstições, além de dificuldades relacionais que podem reforçar sentimentos de incapacidade e baixa autoestima (Correia, 2013, p. 179). Nesse sentido, determinadas atitudes familiares, ainda que associadas à proteção, podem assumir caráter de dominação simbólica, como quando os familiares respondem perguntas direcionadas às próprias pessoas com deficiência.

Além disso, a autora menciona relatos atribuídos ao Padre Anchieta durante o período colonial, nos quais são descritas práticas de abandono ou extermínio em determinadas etnias (Fernandes, 1941, *apud* Correia, 2013, p. 53). Como exemplo, há registros de isolamento de indivíduos que adquiriam deficiências graves após acidentes, sendo afastados das atividades coletivas e mantidos em condição de invisibilidade social. Correia (2013, p. 53) também aponta a permanência de práticas tradicionais de extermínio de crianças com deficiência em algumas comunidades, fundamentadas em aspectos culturais, políticos e simbólicos.

Esses elementos evidenciam que a exclusão das pessoas com deficiência foi historicamente sustentada por discursos socialmente legitimados, inclusive por instituições consideradas centrais na organização social. Ao realizar uma análise comparativa entre os discursos sobre deficiência em Foucault e Martha Nussbaum, Barbosa-Fohrmann (2016, P. 752) interpreta que sujeitos historicamente categorizados como “anormais” e “monstros humanos” foram empurrados para as margens da normalidade jurídica, sendo desumanizados por instâncias como o sistema jurídico e o saber médico. Desse modo, compreende-se que a exclusão operou de forma ativa, apoiando-se em supostos

“saberes” que, embora apresentados como justificativas, contribuíram para a naturalização de desigualdades e violências.

Em síntese, o desenvolvimento deste tópico busca introduzir a deficiência como uma questão histórica e estrutural, marcada por múltiplas formas de exclusão e negação de direitos. Sasaki (1999, p. 17) aponta que as sociedades atravessaram diferentes fases no tratamento de pessoas em condições consideradas “atípicas”, passando pela exclusão, segregação institucional, integração social e, posteriormente, pela inclusão social. Essas fases se relacionam a modelos explicativos que serão retomados nos próximos tópicos, como o modelo médico — que compreendia a deficiência como anormalidade e reforçava práticas segregacionistas — e as perspectivas inclusivas, que reconhecem que grande parte das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência são socialmente produzidas (Sasaki, 1999, p. 47).

Dessa forma, compreende-se que as barreiras observadas na contemporaneidade, especialmente aquelas relacionadas ao acesso aos museus e à cultura, não se configuram como fenômenos isolados, mas como desdobramentos de processos históricos prolongados. Assim, os próximos tópicos abordarão com maior profundidade os marcos legais, os modelos conceituais sobre deficiência e as barreiras que incidem diretamente na garantia de acessibilidade cultural, com ênfase no campo museológico.

### **3. MARCOS NORMATIVOS, EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À CULTURA**

É fundamental abordar a legislação específica que trata dos direitos das pessoas com deficiência. Contudo, embora exista reconhecimento formal desses direitos, observa-se que eles nem sempre são materializados e efetivamente assegurados. Não basta que tais direitos estejam apenas registrados: é necessário que sejam garantidos na prática. A permanência de barreiras contribui para a invisibilidade social, a exclusão e a limitação no acesso a produtos, serviços, tecnologias e outros recursos indispensáveis para promover qualidade de vida, autonomia, participação social e bem-estar.

A ausência de acessibilidade e de adaptações adequadas resulta, frequentemente, na negação de direitos básicos e, conseqüentemente, na exclusão. Nesse contexto, a falta de ambientes adaptados e a inexistência de tecnologias assistivas em algumas instituições e espaços públicos reduzem a autonomia das pessoas com deficiência, restringindo sua liberdade e dificultando o exercício pleno da cidadania. Entre os impactos dessa realidade, destacam-se as barreiras enfrentadas no acesso à cultura e ao lazer, especialmente quando museus, centros culturais e espaços educativos não oferecem condições adequadas de participação.

Desse modo, o recorte referente aos direitos das pessoas com deficiência será introduzido e contextualizado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e das legislações brasileiras específicas, com destaque para a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Ao tratar do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, é necessário considerar que, até meados do século XX, essas pessoas eram frequentemente compreendidas como objetos de caridade ou como indivíduos incapazes e inválidos, conforme discutido no tópico anterior. Nesse sentido, um marco histórico que impulsionou mudanças nos debates sobre dignidade e direitos humanos foi o contexto da Segunda Guerra Mundial, período marcado por sistemáticas violações de direitos cometidas pelo regime nazista. Milhões de vidas foram perdidas, incluindo judeus, ciganos, homossexuais, opositores políticos e pessoas com deficiência, todos alvos do projeto de “pureza racial” de

Adolf Hitler. Segundo Carlos e Escarião (2014, p. 141), “Na guerra, se perde totalmente a noção de dignidade da pessoa humana”, as autoras explicam que, nesse contexto, a responsabilidade com o ser humano é distorcida, possibilitando massacres como forma de alcançar a vitória.

Segundo o United States Holocaust Memorial Museum (USHMM) (2020), o programa Aktion T4, promovido pelo regime nazista, tinha como objetivo eliminar, de maneira sistemática, indivíduos com deficiência física e mental, considerados "improdutivos" e "indignos de viver". De acordo com os cálculos obtidos pelo próprio programa Aktion T4, 70.273 pessoas com deficiência física e intelectual foram mortas em seis instalações de gaseamento entre janeiro de 1940 e agosto de 1941 (USHMM, 2025). O término da Segunda Guerra Mundial marcou uma profunda transformação na percepção social sobre as pessoas com deficiência. O grande número de veteranos, civis, dentre várias outras pessoas com sequelas permanentes impulsionou a criação de políticas públicas específicas e acendeu a preocupação internacional com os seus direitos e reabilitação (Chaves, 2024, p. 46). Estima-se que pelo menos 275 mil pessoas com deficiência foram exterminadas durante o período da guerra no total.

Diante dessas atrocidades, as nações ocidentais passaram a se mobilizar para estabelecer mecanismos que impedissem a repetição de violências semelhantes. Um dos desdobramentos foi a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a subsequente elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, que estabelece a dignidade e a igualdade de direitos para todos os seres humanos, incluindo pessoas com deficiência (Chaves, 2024, p. 47).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos representou um marco civilizatório ao afirmar, logo em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Desse modo, afirmar: “todos os seres humanos”, implica necessariamente no fato de que as diferenças como ter ou não algum tipo de deficiência (ou mais de uma), ser mulher ou homem, heterossexual ou homossexual, ser cis, trans ou não-binário, ser branco, negro ou indígena, independentemente de qualquer uma dessas características, todos serão contemplados e deverão ter seus direitos reconhecidos. Além disso, a Declaração aborda especificamente no Artigo 25 a questão das pessoas com deficiência (mesmo que implícito) afirmando que:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social (Nações Unidas, 1948, Art. 25).

Observa-se que não há, neste artigo, uma menção direta às pessoas com deficiência em termos contemporâneos, contudo, o termo empregado é “invalidez”, o que reflete uma visão influenciada pelo modelo biomédico, “que foca na condição médica e física como definida pela experiência de deficiência” (Chaves, 2024, p. 48). Ainda assim, a formação da ONU e o fortalecimento de organismos internacionais contribuíram para consolidar o entendimento de que a deficiência deveria ser tratada sob a perspectiva dos direitos humanos, destacando temas como integração social, acessibilidade e igualdade de oportunidades (Chaves, 2024, p. 48).

Nas décadas seguintes, esse cenário favoreceu o desenvolvimento de legislações específicas e convenções internacionais voltadas à ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Entre esses marcos, destaca-se a década de 1980 como período de maior visibilidade ao tema e, no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que assegurou direitos em diferentes áreas relacionadas às pessoas com deficiência, como saúde, seguridade social e assistência. Posteriormente, esse processo culminou na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, em 2006, que reforçou a compreensão de que as limitações enfrentadas por esse grupo não se restringem às deficiências em si, mas estão relacionadas às barreiras sociais, culturais e ambientais que impedem sua plena participação (Chaves, 2024, p. 48-52).

O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), contextualiza o processo que resultou em sua instituição, fundamentada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Em conformidade com o parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal, ambos passaram a ter força de norma constitucional desde 31 de agosto de 2008. No

plano interno, foram promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data em que passaram a ter validade nacional (Brasil, 2015). Assim, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) consolida um marco de reconhecimento do direito à diferença e estabelece diretrizes para garantir a participação social e a eliminação de barreiras.

Com a promulgação da LBI, intensificou-se a necessidade de transformar práticas historicamente marcadas por exclusão e segregação. Nesse sentido, “O nascimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência veio para regulamentar o que já existia, mas não era respeitado, sendo apenas formalmente reconhecido” (Gonçalves e Machado, 2018, p. 161). Assim, a legislação reafirma que o reconhecimento formal é insuficiente quando não acompanhado de medidas efetivas para assegurar direitos e prevenir o descumprimento normativo.

No que se refere ao acesso à cultura, o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, é relevante por estabelecer diretrizes para garantir a participação cultural, desportiva, turística e de lazer às pessoas com deficiência. No art. 30, § 1º, determina que:

- 1.Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
  - a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
  - b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
  - c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional (Brasil, 2009).

A expressão “Participar na vida cultural, em igualdade de oportunidade” pressupõe a superação de desigualdades estruturais e a implementação de medidas que removam barreiras. Nessa perspectiva, a igualdade de oportunidades, a remoção das barreiras e a promoção da inclusão e participação plena, são sinônimo de justiça. “Para Aristóteles, a justiça é uma questão de adequação, (...) e para determinar a justa distribuição de um bem, temos que procurar o tólos, ou propósito, do bem que está sendo distribuído” (Sandel, 2011, p. 248). Assim, torna-se evidente que a igualdade de oportunidades somente se concretiza quando os ambientes e atividades são adaptados, acessíveis e livres de barreiras, possibilitando a participação efetiva de pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, também denominado Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), é um marco legal que assegura direitos e estabelece diretrizes para garantir inclusão social, cidadania e igualdade de oportunidades. Entre seus eixos, destacam-se os direitos fundamentais (como saúde, educação, trabalho, transporte, moradia, cultura, esporte e lazer), a promoção de acessibilidade, a proteção da capacidade jurídica e a responsabilização por condutas discriminatórias. O art. 42 garante o direito à cultura, ao esporte e ao lazer em igualdade de oportunidades e prevê, no § 1º, a oferta de obras intelectuais em formatos acessíveis, vedando-se a recusa sob qualquer argumento (Brasil, 2015). Além disso, o art. 43 determina que:

O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

A legislação também estabelece obrigações específicas para instituições culturais. O Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) determina o dever da promoção da acessibilidade universal nos museus. Segundo o art. 35, “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”, e o art. 46 reafirma a necessidade de acessibilidade a todas as pessoas. Assim, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro reconhece o dever institucional de atender aos diferentes públicos, de modo a assegurar a participação cultural e o usufruto pleno de museus e espaços culturais.

A análise desses instrumentos normativos se justifica, também, quando confrontada com indicadores sociais. Segundo notícia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45,6 milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira em 2010. Conforme a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2014, a maioria das prefeituras não promove políticas de acessibilidade, como lazer para pessoas com deficiência (78%) e turismo acessível (96,4%) (IBGE, 2019). Ainda

que alguns dados sejam anteriores à promulgação da LBI, evidenciam a baixa implementação de políticas de acessibilidade no território nacional.

Dados mais recentes, obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Módulo Pessoas com Deficiência (PNAD Contínua 2022), estimaram que “a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária” (Brasil, 2023). A pesquisa, realizada pelo IBGE em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC), indica que a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, contra 4,1% entre pessoas sem deficiência (Brasil, 2023). No mercado de trabalho, apenas 29,2% das pessoas com deficiência estavam ocupadas, enquanto a taxa entre pessoas sem deficiência chegou a 66,4% (Brasil, 2023). Além disso, entre as pessoas com deficiência ocupadas, 55% atuavam na informalidade, contra 38,7% entre pessoas sem deficiência (Brasil, 2023). Embora esses dados não apresentem indicadores específicos sobre o acesso à cultura, eles evidenciam a permanência de desigualdades estruturais que incidem sobre a participação social.

Como ressalta Nunes e Paiva (2024, p. 150) mais de uma década após a promulgação da legislação basilar do setor de museus,

o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) publicou a Portaria nº 3.135, de 20 de setembro de 2024, que instituiu o Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória no âmbito da autarquia, o Acesso Museus.

O Programa Acesso Museus tem como público-alvo todas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e tem o objetivo de implementar diretrizes, fomentar o desenvolvimento e difundir conhecimentos sobre práticas acessíveis, inclusivas e anticapacitistas nos museus e nos pontos de memória brasileiros (IBRAM, 2024).

Por fim, observa-se que garantir a “participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015) constitui eixo central da LBI, mas permanece como desafio diante da permanência de barreiras. Gonçalves e Machado (2018, p. 168) afirmam que, apesar da estrutura legislativa e constitucional, não se pode afirmar que houve plena efetivação de direitos, pois “Não houve um reconhecimento total dos direitos das pessoas com deficiência. Porque ainda vigora na sociedade uma igualdade forjada a partir do conceito liberal”. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de que instituições culturais, em especial os museus, avancem para além do reconhecimento formal e

implementem medidas efetivas de acessibilidade, assegurando participação cultural em condições equitativas.

## 4 CONCEITOS

Para possibilitar uma melhor compreensão acerca da luta e da realidade das pessoas com deficiência, e de como as instituições museais também precisam tratar essa questão (compreendendo, por exemplo, o que são barreiras, por que recebem essa denominação e de que forma impactam a vida dessas pessoas), torna-se necessário explorar conceitos diretamente relacionados ao tema. Compreender o uso discriminatório e inadequado de determinados termos, bem como adotar nomenclaturas e definições apropriadas, é essencial para promover uma abordagem mais profunda e estruturada sobre a complexidade do problema. Assim, conhecer as adversidades, bem como os impactos positivos e negativos relacionados ao tema, demanda o apoio de conceitos-chave que ofereçam uma contextualização abrangente, favorecendo análises críticas e o entendimento de suas implicações e desdobramentos. Além disso, alguns conceitos, conforme compreendidos no campo museológico, também serão abordados e relacionados ao objeto desta pesquisa.

### 4.1 Pessoas com deficiência

Para tratar dos direitos das pessoas com deficiência e, especificamente, do direito de acesso à cultura, é necessário considerar a definição presente na Lei Brasileira de Inclusão, que compreende como pessoa com deficiência

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Para Gonçalves e Machado (2018, p. 162), uma das novidades trazidas pela Convenção da ONU (Decreto 6949/2009) e reproduzida pelo Estatuto foi justamente o conceito de pessoa com deficiência. Segundo os autores, diante da necessidade de inclusão dessas pessoas, reconheceu-se a inadequação do termo “portador de deficiência”. Assim, “a ideia que a expressão ‘portador’ passa é que a pessoa com deficiência carrega um fardo, algo que a qualquer momento deixará de portar. Já na nova definição, a pessoa tem um tipo de impedimento de longo prazo, não momentâneo”. Assim, com a adoção de um termo mais adequado, compreende-se que “a deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado

dão às características de cada um” (Gabrilli, *apud* Gonçalves e Machado, 2018, p. 162).

Uma definição que evidenciasse que a falta de acessibilidade resulta em exclusão — e que, portanto, se trata de um problema social, e não particular das pessoas com deficiência — foi de suma importância para ampliar o debate sobre inclusão. Em contrapartida, o uso recorrente de termos como “incapaz”, “inválido”, entre outros, reforçou concepções estigmatizantes e discriminatórias, atribuindo às próprias pessoas com deficiência a condição de “problema”. Além do termo “portador”, também se observa o uso da expressão “deficiente(s)”, cujo emprego como substantivo é inadequado, pois “a classificação diz respeito a características da deficiência e não da pessoa. Antes de tudo, a pessoa com deficiência é um ser humano. Somente em segundo plano é que se deve observar sua deficiência” (Lima, 2012, p. 360). Sasaki (1999, p. 15) explica que muitas pessoas evitavam a palavra “deficiência” por considerá-la “desagradável ou pejorativa”, e destaca que, já naquele período, o uso de “deficiente” e “deficientes” como substantivo não era aceito.

O “capacitismo” (que será abordado em outro subtópico deste capítulo) pode se manifestar de forma sutil, como na infantilização de pessoas com deficiência, quando são tratadas como crianças ou tornam-se alvo de ordens e cuidados excessivos, frequentemente sem consentimento. Outra expressão dessa lógica aparece na idealização de que essas pessoas seriam puras e incapazes de sentir emoções consideradas negativas, como raiva ou inveja. Embora esse pensamento aparente empatia, ele frequentemente camufla um olhar de pena e reforça a deficiência como tragédia pessoal (Chaves, 2024, p. 29). Nesse sentido, também é comum o uso do termo “especial” para se referir a pessoas com deficiência. Ainda que empregado, muitas vezes, com boa intenção, trata-se de uma expressão inadequada, pois opera como tentativa de suavização e evita o termo correto, como se fosse indesejável. Além disso, o rótulo “especial” pode reforçar a ideia de que essa pessoa está fora de um padrão comum, sugerindo necessidade de tratamento diferenciado, o que contribui para a manutenção de estigmas.

## 4.2 Exclusão, impedimentos e barreiras

Na contemporaneidade, um dos principais desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência refere-se à presença de barreiras que limitam ou impedem a participação social, “bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Brasil, 2015). Essas barreiras, muitas vezes, permanecem invisíveis para parte significativa da população sem deficiência, que, em geral, não necessita de adaptações e recursos de acessibilidade em seu cotidiano, com exceção de pessoas com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes, obesos e pessoas com lesões ou condições de saúde que limitam a locomoção.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, as barreiras são classificadas como: barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas. Assim, analisar onde essas barreiras se manifestam — como no transporte público ou em outras formas de deslocamento — permite compreender como podem interferir diretamente na mobilidade, na autonomia e na participação social (Brasil, 2015). Além disso, é possível observar que uma barreira frequentemente leva a outra: a inexistência de transporte adaptado pode impedir o acesso a inúmeros espaços, inclusive aqueles de extrema importância social e institucional. Por outro lado, mesmo quando o transporte é acessível, o edifício pode não ser adaptado; e, ainda que o espaço físico seja acessível, podem persistir barreiras atitudinais, entre outras. Por esse motivo, tais barreiras são constantemente denunciadas e debatidas, pois se articulam entre si e mantêm a exclusão.

As barreiras que comprometem a possibilidade de acesso e inclusão das pessoas com deficiência apresentam diferentes formas e incidem de modo específico conforme o tipo de impedimento. Barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de transporte dificultam o acesso de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida a ruas, praças, prédios e meios de transporte. Já as barreiras de comunicação podem afetar diretamente pessoas com deficiência intelectual, surdez ou outras condições relacionadas à linguagem e ao processamento da

informação, tornando o diálogo e a participação social mais restritos. As barreiras atitudinais, por sua vez, correspondem a comportamentos preconceituosos, como a crença de que pessoas com deficiência são “incapazes”, o que resulta na subestimação de suas capacidades. Além disso, as barreiras tecnológicas apresentam impactos relevantes quando recursos digitais, audiovisuais ou dispositivos não são produzidos com legendas, audiodescrição ou interfaces acessíveis para pessoas surdas e com deficiência visual (Chaves, 2024, p. 168-174). Outra manifestação discriminatória é o “capacitismo por maximização”, definido como considerar atos cotidianos realizados por pessoas com deficiência como feitos extraordinários e dignos de aclamação. Esse tipo de elogio reforça a ideia de que “as pessoas com deficiência não conseguem fazer as mesmas coisas que as pessoas sem deficiência, portanto, e quando o fazem, elas são incríveis” (Chaves, 2024, p. 29).

Diante dessas barreiras, a exclusão tende a ocorrer de forma naturalizada, sendo frequentemente imperceptível para pessoas sem deficiência, que raramente vivenciam a necessidade de tecnologias assistivas ou adaptações. Por esse motivo, torna-se necessário diferenciar exclusão e segregação, conceitos interligados, mas distintos quanto ao grau de gravidade. A segregação envolve separar pessoas, seja fisicamente (como em instituições especializadas) ou por atitudes discriminatórias (Chaves, 2024, p. 27). A exclusão, por outro lado, pode impedir completamente a participação social, como no caso de uma pessoa com deficiência auditiva sem intérprete de Libras em uma palestra. Assim, a exclusão pode ser considerada uma forma mais grave de segregação (Chaves, 2024, p. 27).

A segregação e a integração relacionam-se ao modelo médico, que compreende a deficiência como doença a ser curada ou controlada. Nesse modelo, excluir significa afastar a pessoa da vida social, enquanto integrar pressupõe que a pessoa com deficiência deve se adaptar ao meio, seja convivendo com pessoas consideradas “normais”, seja em ambientes especializados apenas com seus pares. A inclusão, por sua vez, aproxima-se do modelo social, que propõe mudanças no meio para acolher a diversidade (Barbosa-Fohrmann, 2016, p. 738). Assim, o modelo médico e o modelo social constituem duas formas distintas de conceber as deficiências, exigindo análise

sobre suas implicações históricas e contemporâneas. Esses conceitos serão desenvolvidos no subtópico seguinte.

#### **4.3 Incapacidade e doença, autonomia e independência: um paralelo entre o modelo médico e o social**

Para introduzir este subtópico e discorrer sobre questões pertinentes à presente pesquisa, a coletânea *Psicologia Social: o homem em movimento* (Lane e Codo, 1989) será utilizada como referência por reunir contribuições de diversos autores que, sob coordenação de Silvia Lane (uma das principais teóricas da Psicologia Social brasileira), propõem uma perspectiva crítica voltada à compreensão do sujeito no contexto histórico e social. Conforme Lane (1989a, p. 13), trata-se de recuperar o “indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade”. Nessa perspectiva, a autora assevera que:

O indivíduo sujeito da história é constituído de suas relações sociais e é, ao mesmo tempo, passivo e ativo (determinado e determinante). Ser mais ou menos atuante como sujeito da história depende do grau de autonomia e de iniciativa que ele alcança. Assim ele é história na medida em que se insere e se define no conjunto de suas relações sociais, desempenhando atividades transformadoras destas relações; o que implica, necessariamente, atividade prática e inteligência, tão inseparáveis quanto, no nível da sociedade, são inseparáveis a infra e a superestrutura, e cuja unidade é estabelecida por um processo cujo agente exclusivo é a atividade humana em suas diferentes formas. (Lane, 1989c, p. 40).

Esse entendimento reforça que o indivíduo é formado por relações sociais e atua como sujeito na medida em que conquista autonomia e iniciativa, inserindo-se em processos coletivos e transformando a realidade por meio da prática e da reflexão. A partir desse pressuposto, é possível considerar que participação, inclusão e autonomia constituem condições fundamentais para que as pessoas possam exercer protagonismo, sem serem reduzidas à passividade histórica. Entretanto, torna-se necessário questionar como esse protagonismo pode ser efetivamente viabilizado em uma sociedade na qual a igualdade de oportunidades não é garantida, considerando a persistência de ambientes, serviços e informações inacessíveis, que, muitas vezes, restringem ou inviabilizam a participação social.

Nesse sentido, Sasaki (1999, p. 36) propõe refletir sobre conceitos frequentemente tratados como sinônimos em dicionários convencionais, mas que

possuem distinções relevantes em se tratando dos movimentos sociais vinculados às pessoas com deficiência. Assim, “autonomia” e “independência” assumem sentidos diferentes nesse campo. Conforme o autor:

Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. Esta definição foi adaptada de um conceito formulado por Guimarães (1994). Ter maior ou menor autonomia significa que a pessoa com deficiência tem maior ou menor controle nos vários ambientes físicos e sociais que ela queira e/ou necessite frequentar para atingir seus objetivos. Daí os conceitos de ‘autonomia física’ e ‘autonomia social’ (Sasaki, 1999, p. 36).

Sasaki afirma ainda que o grau de autonomia depende da relação entre o nível de prontidão físico-social da pessoa com deficiência e a realidade de determinado ambiente físico-social. Por sua vez, a independência é definida como “a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família ou profissionais especializados”. Para o autor, a independência relaciona-se à oportunidade de acesso à informação (em quantidade e qualidade), à autodeterminação e à prontidão para tomar decisões em situações pessoais, sociais e econômicas (Sasaki, 1999, p. 36-37).

Embora tais definições sejam amplamente empregadas na discussão sobre acessibilidade e participação, é necessário observar que certos usos do termo “prontidão” podem ser interpretados como um deslocamento da responsabilidade para o indivíduo, como se a pessoa com deficiência precisasse superar barreiras existentes quase sozinha para alcançar participação social. Essa lógica aproxima-se do modelo médico, cuja compreensão central será analisada a seguir.

Sendo assim, ao discutir o modelo social, é necessário compreender previamente os fundamentos do modelo médico. O modelo biomédico considera a deficiência como questão estritamente relacionada à saúde, associando-a a um corpo “lesionado, doente ou anormal” (Chaves, 2024, p. 15). Nesse sentido,

“O que se percebe é que todas as atenções para os estudos da deficiência estão concentradas no corpo individual das pessoas. O sofrimento, exclusão ou repressão social impostos às pessoas com deficiência são consequências ditadas do corpo lesionado” (Chaves, 2024, p. 16).

O autor explica que, sob esse paradigma, a doença é compreendida como desvio das funções habituais do corpo, vinculando diretamente saúde e doença (Chaves, 2024, p. 16). Essa concepção tende a desconsiderar dimensões sociais fundamentais. Conforme o autor:

O modelo médico defende um conceito linear e dedutivo da deficiência, em que a lesão (ou doença) gera incapacidade e a incapacidade leva às desvantagens sociais, como pobreza, exclusão social, sofrimento e falta de acesso a bens e serviços. A causa da exclusão das pessoas com deficiência está diretamente ligada ao fato delas terem corpos lesionados. Tais lesões ou doenças não permitem que elas vivam de maneira adequada, porque são incapazes de se adaptarem à sociedade em que vivem (Chaves, 2024, p. 16-17).

Ainda que essa concepção tenha produzido impactos negativos, Chaves (2024, p. 21-22) reconhece que a consolidação do modelo médico também contribuiu para avanços históricos relevantes, como o enfraquecimento de explicações supersticiosas sobre a origem da deficiência, a condenação social de práticas de extermínio, o desenvolvimento de vacinas e melhorias em qualidade de vida. O autor aponta também que, no interior das instituições médicas, especialmente aquelas voltadas ao acolhimento de vítimas de conflitos bélicos, surgiram associações civis formadas por pessoas com deficiência e seus familiares, que passaram a reivindicar reconhecimento, direitos e políticas públicas, pressionando o Estado e impulsionando investimentos em hospitais, escolas especializadas e auxílios financeiros. Desse modo, embora haja limitações conceituais relevantes no modelo médico, estudos sociais e políticos continuam sendo imprescindíveis para compreender de forma abrangente a realidade dessas pessoas.

Posteriormente, outras formas de compreender a deficiência passam a ser amplamente analisadas e discutidas. Em 1983 o termo “modelo social” foi cunhado por Mike Oliver, “estando relacionado à construção de uma abordagem histórico-político-cultural para se compreender a deficiência” (Piccolo, 2022, p. 206). O autor explica que esse conceito se consolida academicamente quando ativistas com deficiência assumem funções docentes em universidades europeias e norte-americanas, com destaque para o contexto britânico. Oliver (1990, *apud* Piccolo, 2022, p. 211) argumenta que o modelo social foi criado para fornecer explicações “sobre o meticuloso e insidioso processo de exclusão de pessoas

com deficiência na cultura vigente, sendo uma ferramenta poderosa para analisar aparatos discriminatórios e opressivos produzidos em compostos materiais e espirituais”. Conforme Fohrmann (2016, p. 738), o modelo social prioriza a inclusão ao deslocar a responsabilidade para o meio social, que deve ser acessível para assegurar participação e inclusão, e não exigir que o indivíduo se adapte de forma isolada. Logo é necessário “eliminar as barreiras de acessibilidade e repensar o sentido de adaptação”.

Nas palavras de Oliver (1990, *apud* Piccolo, 2022, p. 211), “a deficiência é tudo o que impõe restrições às pessoas com comprometimentos; variando de preconceito individual à discriminação institucional”, como evidentemente ocorre em prédios públicos inacessíveis e esquemas de exclusão de trabalho, como exemplifica o autor. Nessa perspectiva, o foco desloca-se do corpo para a sociedade, deixando de ser uma questão individual e tornando-se responsabilidade coletiva. Desse modo, “A deficiência passa a ser interpretada relacionalmente mediante uma interação não harmoniosa entre o ter uma lesão e viver em uma sociedade não pensada para acolher corporalidades em desvio” (Piccolo, 2022, p. 205).

Ao analisar esse percurso, Piccolo (2022, p. 206-207) afirma que “a distinção entre imparidade/comprometimento (limitação física) e deficiência (exclusão social) alude um claro paralelo à literatura feminista”, reforçando o entendimento das pessoas com deficiência como grupo oprimido. Assim, o autor explica que:

Nesse diapasão, a deficiência é definida não em termos funcionais, mas como a desvantagem ou restrição de atividades causadas por um espaço cravejado de assimetrias; é algo imposto, contingente, não natural. Este é o ponto de partida do modelo social: a deficiência é uma construção social. Ao demarcar a conceituação da imparidade/comprometimento como compreendendo variações que existem no comportamento humano em termos de aparência, funcionamento, acuidade sensorial e processamento cognitivo, já a deficiência como produto de práticas sociais, políticas, econômicas e culturais, o modelo social, para além da aproximação aos estudos de gênero, cria um distanciamento que se sobrepõe a essa primeira relação e está relacionado à assunção de uma postura antagônica e diametralmente oposto em termos epistemológicos ao modelo médico/individual (Piccolo, 2022, p. 207).

Desse modo, é partindo da distinção entre deficiência e comprometimento, que o modelo social alinha a demarcação das primeiras proposições acadêmicas, favorecendo o seguinte entendimento:

Demarcar que os processos de exclusão experienciados por pessoas com deficiência descendem de atitudes preconceituosas, da existência de barreiras diversas, da presença de instituições excludentes e da distribuição desigual de recursos e oportunidades e não de características propriamente orgânicas ou biológicas (Piccolo, 2022, p. 207).

Para os teóricos do modelo social, “comprometimento não é análogo, tampouco uma condição suficiente para o aparecimento da deficiência. A deficiência não é propriedade do indivíduo e nem consequência necessária do comprometimento” (Piccolo, 2022, p. 210). Assim, compreende-se que, “se a sociedade muda, a deficiência desaparece, ainda que a lesão permaneça como parte da vida individual” (Piccolo, 2022, p. 120). O autor também relaciona essa reformulação a processos sociológicos semelhantes aos debates acadêmicos sobre “raça”, na tentativa de deslocar explicações biologizantes e compreendê-las como construções sociais (Piccolo, 2022, p. 214).

Chaves (2024, p. 30) reforça esse deslocamento ao afirmar que “enquanto o conceito médico considerava que a pobreza (desvantagem social) tinha uma relação linear e causal com a deficiência, isto é, que a deficiência consequentemente gerava pobreza, o conceito social questiona esse processo”. Assim, o autor evidencia que a sociedade, por meio de práticas excludentes, produz tanto as condições de deficiência quanto as condições de pobreza.

Ao discutir a deficiência, torna-se igualmente importante abordar desigualdades sociais associadas a esse fenômeno. Entre os principais fatores historicamente relacionados à produção de comprometimentos, destacam-se as guerras. Coleridge (1993, *apud* Piccolo, 2022, p. 222) afirma que, desde tempos longínquos, a guerra tem sido causa predominante de comprometimentos, especialmente físicos. Groce *et al.* (2015, *apud* Piccolo, 2022, p. 222) apontam que, entre as vítimas da Primeira Guerra Mundial, apenas 5% eram civis; na Segunda Guerra Mundial, esse número subiu para 50%; atualmente, pode exceder 80% em diversos países, chegando a 90% em contextos como Líbano,

Afeganistão e Síria. O autor também destaca que dados preliminares sobre a Guerra da Ucrânia já indicavam grande quantidade de civis mortos.

Para além das guerras, Piccolo (2022, p. 223-224) também discute a relação entre trabalho, exploração e comprometimentos no contexto do modo de produção capitalista, articulando autores como Hobsbawn (1995, 413), Marx (1946-1947, p. 711) e Lanni (1996, p. 5), e destacando que pessoas com deficiência foram frequentemente inseridas em posições marginalizadas no mercado de trabalho, sendo direcionadas ao desemprego estrutural ou a atividades precárias e de alta vulnerabilidade física (Piccolo, 2022, p. 223-224). O autor explica que o capitalismo predatório foi também responsável pelo agravamento de várias questões e tensões sociais. Segundo o autor,

Para além da guerra, o trabalho, ou melhor, sua ausência ou algumas formas de labor predatórias têm causado uma série de impedimentos. Se quisermos entender o processo de precarização do trabalho destinado às pessoas com deficiência na Modernidade é preciso se embrenhar na própria lógica constitutiva do modo de produção capitalista e do processo de industrialização. Para Hobsbawn (1995, p. 413), “a tendência geral da industrialização tem sido substituir a perícia humana pela perícia da máquina, trabalho humano por forças mecânicas, expulsando assim as pessoas do trabalho”. O desemprego não é meramente cíclico, mas estrutural. Nesse sentido, é que devemos entender a afirmação de Marx (1946-1947, p. 711), de que

[...] a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção à sua intensidade e à sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, isto é, uma população operária residual ou excedente.

Tal conjuntura é bem sintetizada por Lanni (1996, p. 5), para quem

[...] a dinâmica da reprodução ampliada do capital faz com que o capital constante, investido em máquinas e equipamentos, cresça em escala proporcionalmente maior do que o capital variável, destinado à compra de força de trabalho. Daí resultam frequentes surtos de superpopulação, quando uma parte dos trabalhadores se torna residual ou excedente. É certo que ao crescer o capital total, cresce também o capital variável e, portanto, a força de trabalho absorvida por ele, mas em uma proporção constantemente decrescente. [...] Mas pode haver conjunturas, ou ciclos, em que os desenvolvimentos da reprodução ampliada do capital produzem uma superpopulação absoluta; isto é, uma superpopulação composta de um contingente relativo, que se forma e dissolve, e um contingente que não encontra possibilidades de emprego, que nunca volta. Conforme ocorre no capitalismo globalizado, quando a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho, nessa época um contingente pode tornar-se permanentemente residual ou excedente. Nessa época agrava-se a questão social. Mesclam-se e dinamizam-se as tensões sociais, umas vezes manifestando-se no âmbito do desemprego estrutural, outras aparecendo em

fundamentalismos, xenofobias, etnicismos ou racismos (também acrescentaria capacitismos) (Piccolo, 2022, p. 223-224).

O autor pontua que, no caso das pessoas com deficiência, elas quase sempre compuseram esse público excedente, por terem sido “marginalizadas dos espaços de trabalho formais. Isso significava tanto a exclusão radical das esferas laboriosas como também a assunção de empregos precários de alta vulnerabilidade física”. Sobrando empregos insalubres que possivelmente potencializam o aparecimento de outros comprometimentos além de menor rentabilidade (Piccolo, 2022, p. 224).

Ao evidenciar os impactos da exploração humana, como ocorre estruturalmente no capitalismo, Piccolo (2022, p. 224-225), denuncia toda uma estrutura que intensifica a desigualdade, a marginalização e a exclusão, em que as pessoas com deficiência foram sujeitadas e quase sempre estão em desvantagens, recorrendo a empregos precários e com acessos desiguais a bens e serviços. Em se tratando das formas estruturais de desigualdade, Chaves (2024, p. 27-28) afirma que o modelo social denuncia a opressão e sustenta que “a sociedade foi construída sem pensar nas pessoas com deficiência. São sociedades que partem do pressuposto da normalidade, do padrão – das pessoas sem deficiência”. O autor explica que pessoas com diversidade funcional frequentemente enfrentam um mundo que não foi planejado para acolhê-las, o que se manifesta em ambientes arquitetônicos inacessíveis e na ausência de estratégias comunicacionais inclusivas.

Mas esse fato em questão tem uma explicação. Piccolo (2022, p. 216-217) mostra-se categórico ao sustentar que

A passagem de Abberley (1987) se mostra contundente na compreensão da experiência da deficiência a partir de um sistema de relações arbitrárias e hegemônicas construídas com o objetivo de favorecer uma coleção de características discricionárias não presentes na diferença expressa pela deficiência. Esses atributos fazem parte da complexidade da vida real na contemporaneidade e se escoram, fundamentalmente, na ideia de norma e corpo produtivo, caros tanto ao capitalismo como ao saber médico, além de basilar na consideração da pessoa com deficiência como anormal. Nesse sentido, resta evidente o caráter imperioso em se contestar a rigidez modeladora do conceito de norma, cujo reenquadramento se põe como protagonista no que tange ao atendimento das necessidades humanas básicas, mais notavelmente o desejo de inclusão nas relações sociais (Piccolo, 2022, p. 216-217).

Por ser uma questão socialmente enraizada, as desigualdades são sistemáticas, e não acidentais. São consequência desse “sistema de relações arbitrárias e hegemônicas construídas” (Piccolo, 2022, p. 216). Perpetuando assim, vantagens para uns e desvantagens para outros. É por este motivo que os movimentos ativistas em prol das pessoas com deficiência defendem, principalmente, a autonomia e a independência além de reconhecimento. Para isso, a promoção da inclusão social destas pessoas é primordial para que elas possam participar plenamente de todos os processos. Em vista disso, já existem diversos mecanismos capazes de promover a inclusão. Portanto, é dever da sociedade como um todo promover a acessibilidade e a igualdade de oportunidades, com adaptações e tecnologias assistivas. Este seria o cenário ideal, apesar de ser possível, implica uma questão complexa.

Entretanto, o autor alerta para o risco de uma leitura exclusivamente causal ao afirmar que:

A definição da deficiência sob a lógica do materialismo histórico, característica marcante dos primeiros escritos dos teóricos do modelo social, vincula a superação da opressão enfrentada pelas pessoas com deficiência a já conhecida fórmula de derrubada do sistema capitalista, o que não significou, entretanto, a secundarização de outros importantes elementos fundamentais na derrubada das opressões que atravessam a experiência da deficiência. Que o capitalismo tem se afigurado como um sistema injusto e produtor de misérias as mais diversas é fato inconteste. Que mesmo com o crescimento da produção a níveis nunca dantes vistos, ainda assim, uma parcela significativa da população tem estado alijada de direitos básicos também poucos discordam. Todavia, esperar pela transformação revolucionária do atual sistema produtivo para que somente após esse fato se pense em criar melhores condições de vida denota uma postura imobilista, pouco combativa e avessa à própria prática ativista que engendrou o modelo social e que se vinculou também a partir de lutas por reconhecimento. A complexidade da deficiência reside justamente na inviabilidade de considerá-la exclusivamente sobre uma plataforma causal (Piccolo, 2022, p. 218).

A partir dessa discussão, evidencia-se que a luta por reconhecimento, direitos e melhorias é permanente e atravessada por múltiplas dimensões. Além disso, torna-se necessário reconhecer que a deficiência pode estar relacionada a diferentes causas, incluindo pobreza, ausência de políticas públicas e negligência estatal. Conforme Ingstad e Eide (2011, *apud* Piccolo, 2022, p. 220), as relações entre pobreza e deficiência nem sempre recebem atenção suficiente nas análises sociais, apesar de sua relevância. Pessoas em extrema pobreza estão mais expostas a problemas de saúde e a lesões que podem levar à deficiência,

especialmente quando não há acesso a tratamentos básicos e intervenções simples.

Piccolo (2022, p. 220) menciona ainda que negligências políticas e desinformação podem contribuir para agravar cenários de adoecimento coletivo, como exemplo, podem-se citar complicações durante o parto, em que a intervenção adequada só é realizada quando já não é mais possível evitar que o bebê desenvolva comprometimentos permanentes. Da mesma forma, o quadro de saúde de uma pessoa com diabetes que não disponha dos recursos necessários para dar continuidade ao tratamento pode se agravar a ponto de resultar em limitações de capacidades e funções (Groce, London e Stein, 2014, *apud* Piccolo, 2022, p. 220). Outro exemplo relevante mobilizado por Piccolo (2022, P. 226) refere-se às vacinas: o autor aponta como a crescente descrença sobre a validade de tal método e a desinformação foram prejudiciais para a sociedade, já que as vacinas podem, além de salvarem vidas, livrarem grande parcela do contingente populacional de comprometimentos diversos e sequelas graves.

#### **4.4 Acessibilidade e acessibilidade cultural**

Conforme discutido anteriormente, o modelo social evidencia a distinção entre o comprometimento que produz determinada limitação e a deficiência, que se relaciona à sociedade e às barreiras impostas por uma estrutura social não projetada para atender à diversidade. Por isso, torna-se relevante explorar, nesta pesquisa, o conceito de acessibilidade.

Historicamente, diversas sociedades praticaram a exclusão social de pessoas com condições consideradas atípicas, isto é, sujeitos que, nas palavras de Sasaki (1999, p. 17), “não lhe pareciam pertencer à maioria da população” e que “fugiam do padrão”. Nesse contexto, não se atribuía à sociedade a responsabilidade pela inclusão. Com o avanço do debate de direitos humanos, especialmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mudanças progressivas passaram a ocorrer, e o paradigma excludente foi tensionado por modelos subsequentes. Chaves (2024, p. 23) explica que é nesse contexto que surgem escolas, hospitais e instituições “especiais”, consolidando um “sistema de segregação intrassocial”. O autor aponta que expressões como “pessoas com necessidades especiais” foram amplamente difundidas, mas contribuíram para

sedimentar concepções de incapacidade. Posteriormente, passou-se a compreender que “as pessoas com deficiência possuem as mesmas necessidades das demais pessoas: alimentação, saúde, moradia, educação, etc.”, sendo a diferença não das necessidades, mas da forma como são atendidas (Chaves, 2024, p. 23).

A noção de integração social, historicamente adotada, baseou-se na expectativa de que pessoas com deficiência se adequassem aos padrões vigentes, condicionando sua participação à superação individual de barreiras físicas, programáticas e atitudinais. Tal perspectiva evidencia a permanência do modelo médico e a transferência da responsabilidade pela inclusão quase exclusivamente ao indivíduo e ao seu círculo de apoio (Lima, 2012, p. 357). Com o tempo, o termo “integração” também passou a caracterizar práticas que, na prática, reproduzem segregação, sobretudo quando associadas à suposta incapacidade de adaptação das pessoas com deficiência às estruturas existentes (Rodrigues e Oliveira, 2016, p. 65).

Em contraposição, a perspectiva da inclusão implica transformação estrutural, atribuindo ao Estado e à sociedade papel ativo na identificação e eliminação de barreiras que restringem direitos, buscando soluções capazes de assegurar participação equitativa (Lima, 2012, p. 357). Nesse processo, o conceito de acessibilidade amplia-se, deixando de se restringir à arquitetura e incorporando condições relacionadas ao alcance, percepção e compreensão de serviços e produtos, elementos indispensáveis à efetivação da inclusão social.

O conceito de acessibilidade é definido por lei e constitui direito assegurado. A Lei nº 13.146/2015 define acessibilidade como a possibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilizarem, com segurança e autonomia, espaços, serviços e tecnologias. A norma estabelece a implementação do “Desenho Universal”, voltado à criação de produtos e ambientes acessíveis a todas as pessoas, sem necessidade de adaptações específicas. Além disso, prevê o uso de tecnologias assistivas como recursos destinados à promoção de independência e qualidade de vida, definindo também barreiras como obstáculos que impedem a participação social e o exercício de direitos (Brasil, 2015).

Nesse sentido, Sarraf (2018, p. 24) argumenta que “o conceito de acessibilidade universal está originalmente relacionado à concepção de ambientes, serviços e produtos que considerem o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais e intelectuais”. De modo convergente, Chaves afirma que:

A acessibilidade, vista como um instrumento capaz de eliminar barreiras, é considerada um direito fundamental da pessoa com deficiência, pois proporciona vida independente, o exercício dos demais direitos e a participação social. A acessibilidade está ligada ao princípio do desenho universal, que deve ser adotado como regra de caráter geral. O desenho universal é um conjunto de técnicas que permitem a criação de produtos, ambientes, programas e serviços que podem ser utilizados por todas as pessoas. Quando não for possível aplicar o desenho universal, deve-se adotar uma adaptação razoável. A acessibilidade deve ser exigida como regra geral em todas as edificações públicas e privadas já existentes (Chaves, 2024, p. 96).

Conforme o art. 3º, inciso I, da Lei Brasileira de Inclusão, a acessibilidade corresponde à:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Nas palavras de Borges *et al.* (2021, p. 97), a falta de acessibilidade se relaciona à impossibilidade de pessoas com deficiência usufruírem e participarem da sociedade em igualdade de condições, em razão de barreiras arquitetônicas, ambientais, físicas e sociais. Os autores destacam que a inacessibilidade permanece presente em diversos setores sociais no Brasil e dificulta a rotina de pessoas com deficiência, podendo inviabilizar o exercício de direitos básicos. Segundo os autores, mesmo existindo dispositivos legais, “quase todas as etapas de deslocamento das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida necessitam de um esforço adicional para serem transpostas”, impactando direitos como educação, lazer, trabalho e moradia (Borges *et al.*, 2021, p. 97)

A inacessibilidade pode, portanto, inviabilizar o exercício de direitos fundamentais, por isso a importância de adotar o Modelo Universal. Sarraf (2018, p. 28) explica que o Modelo Universal surgiu na década de 1970, criado por um grupo liderado por Ron Mace, nos Estados Unidos da América. Esse modelo

propõe que produtos e ambientes sejam concebidos para serem usufruídos por todos, sem necessidade de adaptações específicas, contemplando ampla escala de preferências e habilidades. Para instituições culturais, Sarraf destaca a importância do Desenho Universal para orientar medidas capazes de garantir acesso a diferentes públicos, incluindo “adequações físicas, comunicacionais, atitudinais, de fruição e a criação de novas estratégias de atração de público”, assegurando acesso independentemente de idade, características pessoais ou habilidades (Sarraf, 2018, p. 28).

A acessibilidade aplicada ao campo museológico envolve medidas, ações e estratégias como recursos sensoriais, tecnologias e publicações acessíveis em exposições e ações educativas, contribuindo para democratizar a fruição do patrimônio cultural. No campo cultural brasileiro, o termo “Acessibilidade Cultural” tem sido definido por diferentes autores. Lourenço *et al.* (2014, 2016 *apud* SARRAF, 2018, p. 27) definem a acessibilidade cultural como “um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos”. Nesse sentido, compreende-se que bens culturais podem ser percebidos, interpretados e desfrutados por diferentes vias e experiências sensoriais, e que a relação entre público e acervo pode variar conforme as capacidades e estratégias de interação.

Nos museus, a acessibilidade é indispensável, pois esses espaços não se restringem ao desfrute estético, mas constituem ambientes de trocas, aprendizagem e construção de sentidos. Cada peça carrega significados e narrativas, podendo favorecer compreensões amplas sobre contextos culturais e históricos. Assim, recursos de acessibilidade são essenciais para eliminar barreiras ao acesso ao conteúdo, favorecendo deslocamento, percepção por múltiplos sentidos, compreensão de acervos e autonomia de pessoas com deficiência. Conforme Tojal (2007, p. 45-46), o espaço museológico pode conduzir processos inclusivos ao promover “um processo comunicativo que situe as pessoas no seu próprio ‘habitat’, dinamizando novas relações nos mais diferentes espaços em que vivem essas mesmas pessoas, com, e não apesar de, sua diversidade”.

Além disso, a reflexão sobre acessibilidade se articula à participação social. Sawaia (2002, p. 120) afirma que toda discussão sobre participação envolve concepções de sociedade, cidadania, ética, justiça, educação e enfrentamento das desigualdades. Nessa perspectiva, a participação e a inclusão viabilizada pela acessibilidade constituem questão ético-política, pois dependem não apenas do indivíduo, mas da organização social e das ideias de justiça e igualdade que a estruturam (Sawia, 2002, p. 120). Assim, ao afirmar que “atualmente, a acessibilidade é compreendida como direito de vida independente, exercício de direitos de cidadania e participação social” (Sarraf, 2018, p. 26), destaca-se seu papel como direito fundamental e condição para acesso a outros direitos.

#### **4.5 Conceitos-chave da museologia**

Alguns conceitos serão abordados conforme o âmbito museológico. Ressalta-se que existem outros termos e categorias igualmente relevantes no campo museal, contudo, o recorte adotado foi pensado para contribuir com o argumento central desta pesquisa. Os termos aqui discutidos foram extraídos da tradução de *Conceitos-chave de Museologia*, originalmente editado em francês. Desvallées e Mairesse destacam que “fazer uma tradução é, portanto, encontrar o sentido dos termos entre os falantes de uma dada língua, e, no caso presente, entre os atores de um campo de conhecimento ainda em construção” (Desvallés e Mairesse, 2013, p. 25). Assim, os conceitos selecionados neste subtópico são: comunicação, educação, ética, exposição, mediação, musealização e pesquisa.

No campo museológico, a comunicação não se limita à simples difusão de informações, mas constitui processo de mediação entre o museu, seus acervos e os diferentes públicos. Ao divulgar resultados de pesquisas sobre as coleções e compartilhá-los com visitantes, o museu constrói sentidos

com o objetivo de permitir a cada um se apropriar da bagagem cultural que assegura a sua humanidade e sua inserção na sociedade, ainda que, historicamente, essa comunicação tenha se configurado de forma predominantemente unilateral, centrada na transmissão (Desvallés e Mairesse, 2013, p. 35–37).

Contudo, a comunicação museal envolve múltiplas linguagens — visuais, sonoras e táteis — ampliando possibilidades sensíveis para além do verbal. Nesse cenário, estratégias acessíveis, como recursos multissensoriais,

tecnologias assistivas e linguagem simples, tornam-se essenciais para que pessoas com deficiência possam se orientar no espaço museológico, compreender as exposições e se reconhecer como parte legítima desse ambiente cultural.

A dimensão educativa do museu reforça esse compromisso, pois, conforme Desvallées e Mairesse (2013, p. 38), educação envolve desenvolvimento integral do indivíduo e formação crítica. A educação museal promove curiosidade, reflexão e transformação, indo além da transmissão de conteúdos. Ao reconhecer diversidade de públicos e necessidades distintas, a prática educativa deve garantir acesso efetivo a experiências culturais, articulando mediação, ação cultural e pedagogia museal.

Essa perspectiva se fundamenta também na ética museológica, que orienta escolhas institucionais e valores do trabalho museal. Como afirmam Desvallées e Mairesse:

A ética, no seio do museu, pode ser definida como o processo de discussão que visa a determinar os valores e os princípios de base sobre os quais se apoia o trabalho museal. É a ética que engendra a redação dos princípios apresentados nos códigos de deontologia dos museus, como aquele proposto pelo ICOM (Desvallées e Mairesse, 2013, p. 40).

Desse modo, quando o museu assume acessibilidade como princípio ético, suas práticas comunicacionais e educativas tendem a ser estruturadas a partir do compromisso com inclusão, equidade e direito à fruição cultural. Nesse sentido, a acessibilidade ultrapassa o caráter técnico e assume dimensão política e social, redefinindo o próprio sentido institucional do museu, por isso a importância de um programa de acessibilidade.

A exposição assume papel central como espaço privilegiado de encontro entre acervos e públicos. Compreendida como ação de expor, conjunto exposto e lugar de apresentação, integra a função comunicativa do museu, articulando-se às políticas educativas e editoriais. Ao apresentar objetos, a exposição coloca o visitante diante de elementos que podem possuir valor intrínseco e evocar construções simbólicas. Assim, constitui “visualização explicativa de fatos ausentes pelos objetos” e pelos recursos de apresentação que os transformam em signos (Desvallées e Mairesse, 2013, p. 42–44). Nessa perspectiva, a

inteligibilidade das exposições torna-se condição indispensável para garantir que toda a população, especialmente pessoas com deficiência, compreenda e se aproprie das narrativas museológicas.

Para que essa comunicação expositiva seja efetiva, a mediação exerce função estratégica ao estabelecer pontes entre público e objetos. Entendida como ação de colocar em acordo partes distintas, opera como terceiro elemento entre acervo e visitantes, favorecendo construção de sentidos, experiências e referências comuns. Ao atuar como mediação simbólica, permite aos indivíduos perceber, interpretar e construir identidade a partir da cultura. No museu, a mediação configura estratégia educativa que mobiliza técnicas para ampliar compreensão, participação e inclusão (Desvallés e Mairesse, 2013, p. 52–53).

Esse processo está vinculado à musealização, entendida como transformação de objetos em evidências materiais e imateriais da relação humana com o mundo. Ao serem retirados de contextos de origem, objetos assumem realidade cultural específica, convertendo-se em documentos, fontes de estudo e exibição. O processo transmite testemunhos autênticos e constitui núcleo da atividade científica do museu. Assim, a musealização “é desenvolvida, desde o Renascimento, como atividade que visa a explorar a realidade por meio da percepção sensorial, pela experiência e pelo estudo de seus fragmentos”, aproximando o museu do laboratório, no qual se compreende o sentido dos objetos, para além da contemplação (Desvallés e Mairesse, 2013, p. 56–58). Essa perspectiva sensorial amplia possibilidades de compreensão e acessibilidade, favorecendo múltiplas formas de acesso ao conhecimento.

Por fim, a pesquisa sustenta e orienta essas práticas, constituindo exploração sistemática voltada ao avanço do conhecimento. No museu, a pesquisa compreende atividades intelectuais e técnicas direcionadas à descoberta e produção de conhecimentos sobre coleções e atividades institucionais (Desvallés e Mairesse, 2013, p. 77). Ao fundamentar exposição, mediação e musealização, a pesquisa contribui para narrativas mais consistentes e inclusivas, reafirmando o compromisso do museu com acesso democrático à cultura e ao conhecimento.

## **5 DIVERSIDADE EM MUSEUS: ANÁLISE VOLTADA PRINCIPALMENTE PARA COMO OS MUSEUS TÊM FUNCIONADO AO LONGO DO TEMPO EM ÂMBITO NACIONAL**

Ao explorar alguns conceitos no tópico anterior e os contextos do qual foram extraídos, fica evidente que as pessoas com deficiência foram historicamente negligenciadas e sujeitas a práticas de extermínio, exclusão, segregação, invisibilidade, sendo até mesmo relacionadas à bruxaria e à punição divina. Tudo isso justifica um longo processo de luta por reconhecimento, por qualidade de vida, por direitos até mesmo básicos e por inclusão. Ademais, abordar também alguns conceitos-chave da museologia facilita o entendimento de que os museus também podem ser aliados das pessoas com deficiência, tanto para favorecer a participação social, a inclusão, o sentimento de pertencimento e a apropriação cultural (e não a sensação oposta, como a de um indivíduo “aculturado”), como também pode ter a finalidade de promover exposições com pesquisas amplas, capazes de combater os preconceitos com dados e informações seguras.

Assim, para dar continuidade à discussão, é necessário fazer uma análise sobre como os museus serviram como ferramentas de dominação e legitimação por meio de narrativas hegemônicas e distorcidas, historicamente disseminadas, que durante muito tempo serviram de base para promover a exclusão, a discriminação, a marginalização, as desigualdades. Refletir como as práticas museológicas foram estabelecidas ao longo do tempo também é uma questão relevante, que será pontuada para que se possa pensar seus impactos. Logo, este tópico abordará questões pertinentes à diversidade, museus e narrativas no âmbito museológico.

### **5.1 Museus e narrativas ao longo do tempo: recorte nacional**

Ao promover uma análise crítica sobre diversos grupos historicamente minorizados, fica evidente que, por mais que sejam lutas diferentes, cada uma com suas próprias especificidades, elas partem de um mesmo pressuposto: foram alvo de estruturas sociais excludentes, o que resultou na perpetuação de

desigualdades, exclusão e negação de direitos. Partindo de um ponto de vista antropológico, Bandeira e Freire (2007, p. 42) explicam que:

Antropologicamente, diversidade cultural se refere conceitualmente à variedade de culturas particulares que o homem criou, como arranjos próprios de vida e se posta em paralelo à unidade biopsíquica do homem. As culturas não existem isoladas no espaço e no tempo. A situação de contato configura um campo relacional entre portadores de uma e de outra cultura. À relação de confronto que a diferença estabelece, chamamos de relação de alteridade. Relação de alteridade é, portanto, a relação entre Ego (eu) e alter (outro). Essa relação tem se mostrado amplamente problemática, uma vez que é fonte de julgamento, de decisões sobre o outro. A proporção que o juízo exprime pode então assumir caráter limitativo, negativo (Bandeira e Freire, 2007, p. 42).

Apesar de os autores tratarem especificamente da diversidade cultural e de como ela é compreendida no campo da antropologia, eles evidenciam como a relação de alteridade pode implicar confrontos, resultando em uma concepção, muitas vezes controversa, que pode culminar no domínio sobre o “outro”. A partir dessa premissa, é importante destacar que ideias limitadas acerca do “outro”, especialmente julgamentos negativos desprovidos de qualquer fundamentação, foram amplamente difundidas, inclusive no âmbito dos museus, como forma de sustentar processos de dominação e exploração, legitimando o poder das elites e exaltando a branquitude. Nesse sentido, abordar os museus como espaços de disputa constitui o principal eixo a ser desenvolvido neste subtópico.

É importante ressaltar que a museologia, em consonância com os museus, encontra-se em constante transformação. O fato de concepções negativas terem sido difundidas no passado não implica que tais práticas sejam admitidas na contemporaneidade. Ao longo do tempo, houve inúmeros avanços no campo museológico, com a criação de leis, normativas e critérios que orientam os diversos processos — inclusive aqueles relacionados à pesquisa. Todavia, é igualmente relevante reconhecer que, antes de se configurarem como museus, essas instituições se originaram do colecionismo, sendo inicialmente bastante similares aos gabinetes de curiosidades, e foi necessário um longo percurso histórico para que alcançassem a compreensão atual. Como afirmam Desvallées e Mairesse (2013, p. 25), trata-se de “um campo de conhecimento ainda em construção”. Em síntese, embora tais avanços não tenham sido suficientes para eliminar completamente as ideias negativas perpetuadas ao longo da história, eles possibilitam a construção de novas narrativas, fundamentadas em

interpretações condizentes com as histórias e memórias de diferentes povos, culturas e grupos sociais.

Sendo assim, compreender o histórico dos museus é fundamental para analisar criticamente os fundamentos que auxiliaram na estruturação da museologia ao longo do tempo e como isso influencia na representatividade e na forma em que a diversidade é compreendida e tratada atualmente. Conforme exposto, a análise aqui proposta terá um recorte e será primeiramente voltada para a relação entre museus e antropologia. Uma relação e dois campos em constante transformação. Nesse contexto, ao discutirem os museus a partir da organização das coleções etnográficas, com ênfase em sua articulação com a antropologia, Bonin e Kersten (2007) exploram as transformações dos espaços museológicos, que possibilitam debates e contrastam a diversidade. Além de promoverem uma reflexão sobre a história da antropologia no Paraná e no Brasil, as autoras também explicam a importância do antropólogo Franz Boas, que criticou os arranjos das coleções dos museus tradicionais.

Segundo as autoras, ele contestava o ponto de vista evolucionista, tanto em relação à visão teórica quanto às práticas museológicas e museográficas. "As coleções de etnologia deveriam ser apresentadas, segundo ele, como uma ilustração de modos de vida, em vez de se construírem numa tipologia pseudo-científica, que reafirmaria a teoria evolucionista" (Bonin e Kersten, 2007, p. 120). Em seguida, as autoras também afirmam que, segundo Franz Boas:

As explicações históricas particulares completavam as da psicologia, as do contato cultural ou as da adaptação ao ambiente – todos os dados seriam complementares. Assim, não seria possível explicar um costume em um mundo de formas sociais abstratas, mas sim numa comunidade, num determinado momento, numa micro-história particular. Aliada a esta inovadora perspectiva teórica, outra cultura visual consolidava-se nas modernas sociedades contemporâneas. Seu objetivo era usar a antropologia para "libertar a mente humana dos padrões tradicionais de pensamento, ao confrontar o público com diferentes e coerentes modos de vida" (Boas, 1986, p. 6). Considerava que entre as principais funções de um museu estavam educar e entreter. (Bonin e Kersten, 2007, p. 120).

As autoras expõem como foi problemático promover exposições etnográficas com base em pseudo-ciências nos primeiros museus, pois a narrativa evolucionista produziu vários impactos, legitimando práticas coloniais e reforçando a ideia de superioridade de determinados grupos, ao mesmo tempo

em que desqualificava outros modos de existência, saberes e formas de organização social. Isso mostra que criticar o pensamento linear evolucionista e ocidental é, ainda hoje, relevante. É necessário, ainda nos dias atuais, desconstruir esse pensamento, pois ele pode ser resumido como uma herança negativa do colonialismo.

Dessa forma, adotar esse tipo de pensamento é bastante perigoso, pois ele parte da ideia de que todas as sociedades seguem uma mesma linha de desenvolvimento histórico e cultural, passando por estágios como “selvageria”, “barbárie” e “civilização”. Esse tipo de concepção, formulada por pensadores do século XIX, pressupõe que existe apenas um caminho legítimo para o progresso, normalmente medido a partir dos padrões europeus, brancos e ocidentais. A consequência é a criação de hierarquias que colocam determinados povos como “avançados” e outros como “atrasados”, justificando práticas coloniais e políticas de dominação sob o pretexto de “civilizar os outros”, como observa Soilo (2014, p. 252-253).

Além de legitimar o colonialismo, esse pensamento apaga a diversidade, pois reduz a pluralidade de modos de vida a diferentes graus de evolução em relação ao Ocidente, desconsiderando que cada sociedade possui sua própria lógica, história e forma de organizar o mundo. “Muitos argumentam que os museus são instituições específicas da sociedade ocidental. Portanto, os objetos “exóticos” ali expostos seriam frutos do imperialismo e do colonialismo”, e por isso contariam a história mascarando intenções: os objetos são expostos como troféus, mas seus significados e as habilidades por trás de cada um ficam omissos (Bonin e Kersten, 2007, p. 123). Ainda hoje, discursos de “desenvolvimento” ou “modernização” muitas vezes carregam esse viés, tratando comunidades indígenas, quilombolas e rurais como etapas “superadas”, que precisam desaparecer para dar lugar ao “progresso”, o que reforça a importância de analisar e discutir o tema atualmente.

O perigo em promover a ideia de evolução unilinear está em naturalizar uma visão etnocêntrica que coloca o Ocidente como ápice da história humana, atribuindo aos demais povos a posição de “inferiores”. Essa visão alimenta preconceito, exclusão e violência simbólica e material, enfraquecendo a

valorização da pluralidade cultural e a possibilidade de reconhecer diferentes formas de existência como igualmente legítimas.

Esse tipo de ideologia, que já foi disseminado em museus, deve ser analisado. Uma narrativa como esta em museus brasileiros, por exemplo, será benéfica para quem? Discussões com este tipo de questionamento devem ser desdobradas com base na perspectiva de que:

O Monumento não nasce, não é gerado no seio da sociedade, mas é implantado politicamente para ser testemunho de um grupo ideológico. As obras de pedra e cal normalmente exaltam os feitos ou a presença de representantes de um grupo hegemônico que teve voz, em detrimento de tantas outras vozes ou questões. Quando as vozes, antes não ouvidas, trazem memórias de revolta, dor e sofrimento em torno de um determinado espaço geográfico, potencializa-se a comoção e a vontade política para que ali surja um espaço de memória sensível. Nem que seja para congelar, é necessário gerar um incômodo, uma pérola no interior dessa ostra (Tavares, 2024, p. 193).

Dessa forma, as autoras fazem a seguinte afirmação:

Embora teoricamente os museus possam ser um campo “neutro”, na prática sempre há um juízo de valor implícito em sua concepção. Na realidade, são instrumentos de poder e, ao mesmo tempo, de educação e de experiência (Karp; Lavine, 1991) (Bonin e Kersten, p. 123).

Esse “juízo de valor” também é explorado por Oliveira (2022), que realizou uma análise que relaciona os museus às pautas raciais. A autora explica a importância de promover uma abordagem decolonial nos museus, que pode ser aliada contra a desinformação e a discriminação e, conseqüentemente, a valorização das diferenças. Dessa forma, a autora explica como tem sido a escolha do patrimônio que tem sido exposto, cuja seleção era proveniente de um processo político ideológico, enviesado de conflitos e disputas. Segundo a autora:

Os museus que se originaram como uma instituição ligada ao colecionismo, ao estudo e à exposição de objetos. Os museus de arte, por exemplo, toda a diversidade material era exposta a partir dos princípios de hierarquização da história da arte, expressando um caráter elitista em busca da erudição e da valorização estética. Não apenas os museus, mas todo o campo do patrimônio cultural abarca questões políticas e são relacionados à escolha e seleção. De acordo com a historiadora Isabel Guillen (2014) os critérios que nortearam a escolha do patrimônio cultural no Brasil, foram aqueles relativos à história dita oficial brasileira. De acordo com ela: A escolha do que compunha o patrimônio cultural do Brasil não foi obra exclusiva do historiador, mas foi fruto de um processo político ideológico que tem sido corroído ao longo das décadas por uma nova concepção de história, bem como de patrimônio. Este não pode ser entendido como uma entidade natural, mas como resultado de uma seleção historicamente explicável, localizada em

instituições criadas para tal fim e autorizadas por um contexto sociocultural, não isento de conflitos e disputas (GUILLEN, 2014, p. 641). Por meio disto podemos inferir que a cultura negra e a questão de raça e representação ainda que no campo do patrimônio e da museologia se encontra no entre uma disputa de espaços e conflitos, por estarem ligados a história oficial como um povo escravizado e inferior (Oliveira, 2022, p. 13-14).

A autora evidencia que, nos diferentes processos políticos, pode haver diferença em relação ao patrimônio que será selecionado. Com isso, em alguns casos os líderes podem promover a arte popular e a identidade nacional como um todo e, em outros casos, podem preferir exaltar a erudição e as elites. Essa ideia está interligada ao entendimento de Russio (1990, p. 208), que explica o seguinte:

a preservação também revela aspectos ideológicos interessantes e diversos: há os que preservam por saudosismo; há os que preservam com a finalidade de valorizar ou evidenciar bens de uma escala muito subjetiva e particular, e há os que preservam para manter registros informativos, porque toda ação carece de uma informação anterior. (...) Simultaneamente, a preservação proporciona a construção de uma “memória” que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a “identificação”. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à autodefinição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica. Essa memória e essa consciência é que permitem, inclusive, o contato: cultural em termos de diálogo (e não de colonização), e a tradição (processo dinâmico de transferência de valores, patrimônio, de uma geração a outra) como uma transferência sem constrangimentos Herança reconhecida como tal (Rússio, 1990, p. 208).

Os museus contemporâneos, ecomuseus e museus comunitários têm se destacado em relação à promoção da visibilidade e do sentimento de pertencimento. Narrativas plurais são indispensáveis para que os diferentes públicos se situem. As comunidades e os diferentes grupos sociais, especialmente as pessoas com deficiência, ao serem devidamente representados, são conseqüentemente reconhecidos. A valorização da identidade cultural é fundamental para promover o sentimento de pertencimento. Museus desenvolvidos e implantados com base no que a comunidade compreende como relevante em relação à sua história, e que realmente condiz com sua realidade e identidade, e a preservação dessa mesma memória coletiva, precisam ser perpetuados, pois seriam valorizados e reconhecidos pela comunidade.

Um exemplo de museu com essa essência e carga simbólica é o Muquifu. O Muquifu foi fundado em 20 de novembro de 2012, coincidindo com o Dia Nacional da Consciência Negra. Sua criação ocorreu por iniciativa do Padre Mauro Luiz da Silva, articulador da comunidade local, em resposta à demanda de moradores por

um espaço de preservação e valorização de suas memórias e histórias (Grace, 2023). A gênese do museu está enraizada em mobilizações comunitárias marcadas por episódios de violência no Morro do Papagaio: após uma ocupação policial em 2000, um jovem negro foi assassinado por engano, o que levou a comunidade a criar a Comissão da Paz e a resistir à exclusão social e racial. Cresceu também a preocupação com programas urbanos como o Vila Viva, que planejava remover famílias de áreas de risco e causou receio na comunidade por priorizar interesses imobiliários. Isso reforçou o desejo de criar um espaço comunitário que preservasse a memória coletiva dos moradores. Assim, o Muquifu emergiu como um museu de território e comunitário: acervo formado por objetos doados ou emprestados pelos moradores (Grace, 2023). Ele adota métodos de museologia social e comunitária, valorizando tanto a memória arquivística quanto a memória incorporada via performances culturais.

É notório que o Muquifu é resultado de resistência e luta, sendo a materialização de uma preocupação coletiva que teme a violência e os interesses mercantis que não irão beneficiar a comunidade. Além disso, memórias afetivas que envolvem a identidade, a vivência e os costumes dessas pessoas também estão vivos neste espaço. É por isso que

Essa institucionalização não implica reconhecimento apenas por quem o cria e implanta ou pelo sistema e órgãos do Poder, mas, sobretudo, reconhecimento público. Pelo simples fato de que temos feito museus para a comunidade e não com a comunidade, temos “quistos de coleções” e não necessariamente, estabelecimentos museológicos reconhecidos pela comunidade (“a que se destinam”, na frase gasta do “discurso competente”) (Rússio, 1990, p. 206).

Não se limitando às questões culturais e identitárias, o intuito dessa análise é expor um modelo hegemônico que constantemente é “bem” retratado, enquanto as diferenças, qualquer que seja, por muito tempo foram invisibilizadas, tiveram suas individualidades desrespeitadas e até mesmo negadas ao longo do tempo. Ou seja, tudo o que “foge” do padrão, acaba não sendo igualmente validado. Como explica Bragato (2013, p. 83, *apud* GONÇALVES; MACHADO, 2018, p. 168), “apenas os indivíduos que se “adequavam” ao espelho do poder: homens, brancos, proprietários, provenientes do ocidente geográfico e cultural, heterossexuais e seguidores da tradição cristã”. Os autores afirmam que as pessoas com deficiência, “por não fazerem parte dessa parcela da sociedade

passam a ser parte dos grupos vulnerabilizados, ou seja, que foram excluídos da promessa liberal de igualdade” (Gonçalves e Machado, 2018, p. 168).

## **5.2 Rompendo com ideologias coloniais e a valorização da pluralidade: histórico excludente e museus atualmente**

No Brasil, ao se tratar da alternância dos processos políticos que influenciaram a seleção dos acervos expostos nos museus, é possível identificar diferentes entendimentos e práticas que se consolidaram ao longo do tempo. Nesse contexto, destacam-se tanto as formas pelas quais a constituição do público foi historicamente concebida — incluindo sua hierarquização e a classificação da própria população — quanto as políticas de seleção de acervo defendidas por Rodrigo de Melo Franco de Andrade e pelo pensamento barrosiano (Tojal, 2007, p. 59-60). Este último constitui um exemplo significativo de um processo político que preservava objetos destinados a um público considerado mais “informado”, que preserva o acervo de uma elite além de apresentar “um nacional sem conflito” (Santos, 1996, p. 73 *apud* Tojal, 2007, p. 64)

A análise da constituição do público dos museus brasileiros configura, assim, a primeira abordagem deste subtópico. Sousa (2024, p. 164–165) destaca que Köptcke, ao analisar a formação do público museal no Brasil desde o Museu Real (1818), evidencia como a hierarquização social estruturou a instituição museológica nacional. Esse processo definiu categorias como “bárbaros”, “escravos” e “civilizados” enquanto construções antagônicas produzidas por grupos que se colocavam como referência e, portanto, como detentores do poder simbólico e cultural. Tal hierarquização influenciou diretamente as formas de representação e os limites de participação desses sujeitos nas exposições, uma vez que essas categorias funcionavam como marcadores de pertencimento e exclusão no espaço institucional.

Esse modelo de pensamento, estruturado a partir de parâmetros normativos e hegemônicos, não oferecia condições adequadas para a representação das parcelas minoritárias da sociedade, incluindo as pessoas com deficiência, que foram historicamente estigmatizadas, invisibilizadas e, muitas vezes, excluídas de vários processos como abordado anteriormente. Nesse contexto, de acordo com

Sousa ( 2024, p. 165), os museus brasileiros consolidaram-se, em sua fase inicial, como espaços de ratificação do poder das elites, seja pela forma como determinados grupos eram representados, seja pelas restrições impostas ao acesso e à permanência do público considerado “não apto” a frequentar esses ambientes, o que incluía práticas de vigilância e a imposição de normas de conduta. A autora ressalta que:

Este processo integrou a desejada modernização da sociedade brasileira, caracterizada pela fundação de várias instituições que simbolizavam o progresso e a civilização, como os museus. Contudo, tais instituições não foram projetadas para serem usufruídas por toda a população; ao contrário, constituíram uma estratégia adicional para segmentar os estratos sociais, reforçando o poder e o prestígio conferidos pelo conhecimento àqueles com acesso garantido a ele. Esse acesso era frequentemente obtido por meio da acumulação de capital financeiro e político, que asseguravam uma posição predominante sobre o capital simbólico.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de capital como uma forma de poder restrita a grupos específicos. Esse poder se manifesta em quatro esferas: econômica, social, cultural e simbólica, influenciando todo o tecido social. Trata-se de práticas e discursos que se interconectam e se complementam mutuamente, projetando na sociedade seus valores de maneira naturalizada; geralmente são considerados inatos e, por esse motivo, raramente questionados, pois fazem parte das tradições sociais estabelecidas (Sousa, 2024, p. 166).

Considerando que esse poder se manifesta em quatro esferas interconectadas, torna-se possível concluir que, estando os diferentes tipos de capital restritos a uma pequena parcela da população — isto é, às elites —, estabelece-se uma condição estruturalmente desigual. Uma parcela significativa da população acaba, assim, privada da igualdade de oportunidades de acesso ao patrimônio cultural e, em muitos casos, suscetível a processos de alienação. Ainda que reduzidas numericamente, as elites exercem influência decisiva sobre as estruturas sociais e institucionais; dessa forma, enquanto poucas pessoas detiverem acesso amplo aos diferentes tipos de capital, sobretudo o cultural e o simbólico, essa situação tende a se manter como um interesse de classe, funcionando como mecanismo de preservação de status e poder.

Nesse sentido, a ampliação do acesso aos museus revela-se fundamental. Tal ampliação não se restringe ao acesso físico — relacionado à mobilidade e ao deslocamento —, mas envolve, sobretudo, o acesso à informação e à possibilidade de compreensão crítica dos acervos e narrativas museológicas.

Pode-se dizer que o acesso ao capital cultural é desigual, conforme analisa Canclini:

As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em [todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições (Canclini, 1994, p. 96).

A partir dessa análise, compreende-se que a simples abertura dos museus ao público não garante, por si só, a apropriação efetiva do capital cultural por todos os grupos sociais. As desigualdades econômicas e educacionais interferem diretamente na capacidade de compreensão, interpretação e fruição dos conteúdos museológicos, o que reforça a necessidade de políticas culturais que considerem as diferenças sociais e os distintos repertórios culturais dos públicos.

Retomando as questões relacionadas às ideologias, Lane (1989) explica que a interpretação dos diferentes significados existentes e da realidade que circunda os indivíduos é o que cria condições para o pensamento crítico e, conseqüentemente, favorece a “criatividade que transforma as relações entre os homens”. Essa análise permite identificar uma função central da linguagem:

a de atuar como mediação ideológica presente nos significados das palavras. Esses significados são definidos por uma classe dominante, que detém o poder de pensar e interpretar a realidade, explicando-a por meio de “verdades” consideradas inquestionáveis, às quais se atribuem valores absolutos. Com isso, as contradições produzidas pela dominação e vivenciadas no cotidiano das pessoas acabam sendo disfarçadas e ocultadas por explicações apresentadas como verdades “universais” ou “naturais” — ou, simplesmente, como “imperativos categóricos”, como se fossem algo do tipo: “é assim que deve ser” (Lane, 1989b, p. 34).

Além disso, Souza (2024, p. 159-160), em consonância com Bonin e Kersten (2007), afirma que o destino das culturas materiais de povos ameríndios e afro-brasileiros foi, majoritariamente, a alocação em museus de ciências naturais, acompanhada por discursos que produziram e perpetuaram representações subalternizantes. Tal processo reforça a preocupação com as ideologias disseminadas pela classe dominante, uma vez que contribuiu para a consolidação dessas populações como “outros” no imaginário social brasileiro. Embora, na contemporaneidade, tenham surgido museus voltados especificamente aos

acervos afro-brasileiros e indígenas, com propostas de reinterpretação de suas histórias e memórias, grande parte das instituições tradicionais ainda preserva narrativas herdadas desse modelo excludente, cujos impactos continuam operando nos modos de ver, representar e compreender a diversidade social (Sousa, 2024, p. 166).

Em continuidade à discussão sobre a hierarquização social que, de certa forma, estruturou os museus brasileiros, Tojal (2007, p. 47–48) aponta que as políticas culturais no Brasil, sobretudo entre o final do século XIX e o século XX, foram marcadas por uma orientação patrimonialista e ideológica. Essas políticas voltavam-se à preservação e à difusão de uma cultura nacional concebida de forma unitária e homogênea, definida majoritariamente pelos grupos dirigentes. Fundamentadas no *dirigismo cultural* do *Estado moderno*, promoveram um investimento simbólico na construção de uma identidade nacional que se sobrepuja às diferenças sociais, ocultando a profunda exclusão política e social da maior parte da população. Tal lógica refletiu-se diretamente nas narrativas oficiais e nos discursos disseminados pelas instituições museológicas.

Segundo a autora, durante o período do Império, ocorreram diversas tentativas de forjar uma identidade nacional,

como as tradições inventadas traduzidas pelas bandeiras, hinos, rituais cívicos e monumentos, bem como o apelo para uma simbologia de nação representada pela exuberância dos trópicos e a presença do índio – a despeito do seu sistemático extermínio, além de ser entendido como um elemento da natureza e não do gênero humano – foi eleito como uma espécie de emblema do povo brasileiro (Tojal, 2007, p. 48).

Tojal (2007, p. 48–49) aponta que, diante da incapacidade dessas tradições inventadas de constituírem a imagem de um povo homogêneo, consolidou-se, entre o final do século XIX e o início do século XX, uma historiografia oficial voltada à construção de uma memória nacional baseada na ideia da *miscigenação* entre branco, negro e indígena. Essa miscigenação passou a ser apresentada como essência e virtude do povo brasileiro. O discurso foi reforçado pela incorporação de teorias *positivistas* e *evolucionistas*, utilizadas por intelectuais para fundamentar concepções de *raça*, *meio* e identidade nacional, valorizando a *miscigenação* como elemento definidor do “genuíno brasileiro” e como projeto de futuro da nação.

Posteriormente, em 1936, Mário de Andrade, à frente do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo e atuando no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), “desenvolve um anteprojeto que propunha uma política cultural de formulação de uma identidade nacional cujos bens culturais, que comporiam o conjunto artístico e histórico, deveriam refletir os objetivos propostos como essenciais para a caracterização do Brasil” (Tojal, 2007, p. 50). O anteprojeto elaborado por Mário de Andrade representou uma proposta inovadora ao ampliar o conceito de patrimônio cultural nacional, passando a abranger não apenas obras de arte eruditas ou populares, mas também bens materiais e imateriais, como paisagens, saberes, práticas, expressões linguísticas e manifestações culturais diversas.

De acordo com Tojal (2007, p. 50–51), essa concepção multifacetada rompia com a visão tradicionalista de patrimônio ao reconhecer o valor cultural do saber-fazer. No mesmo período, as ações do SPHAN, por meio das chamadas “redescobertas do Brasil”, buscaram identificar e valorizar elementos nacionais, articulando passado e presente, erudito e popular. Contudo, apesar de seu caráter inovador, as propostas de Mário de Andrade não se consolidaram como políticas públicas efetivas. Posteriormente, a autora discorre sobre o Golpe de 1964 e afirma que ele

castrou qualquer pretensão de oficialidade das teorias propostas pelos intelectuais à frente dos órgãos da cultura. Essas ideologias, porém, acabaram sendo popularizadas nos setores progressistas e de esquerda.

A política cultural após o Golpe de 1964 reflete as transformações geradas pelo crescimento do parque industrial e o fortalecimento do mercado de bens culturais. Esse período também foi marcado por uma forte intervenção do Estado,

pois a cultura poderia expressar valores e disposições contrárias à vontade política dos que estão no poder (Tojal, 2007, p. 52).

Tojal (2007, p. 53) também analisa as políticas culturais brasileiras durante o regime militar, destacando que, sob o governo Castelo Branco, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), com o objetivo de planejar, coordenar e defender um projeto nacional de cultura alinhado à lógica da segurança nacional. No entanto, a autora aponta que os intelectuais responsáveis por esse conselho pertenciam a círculos tradicionais, como institutos históricos, geográficos e

academias de letras, o que resultou na retomada de uma ideologia conservadora, baseada na noção de um Brasil mestiço e em concepções culturais elitizadas.

Ao longo da década de 1970, essa orientação manteve-se, com o Estado exercendo forte controle centralizador sobre a produção cultural, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma incipiente política de mercado por meio da indústria cultural. Esse processo foi marcado por tensões entre produtores e censura (Tojal, 2007, p. 53). Nesse contexto, a preservação do patrimônio deixou de ser o eixo exclusivo das políticas culturais, passando a dividir espaço com ações voltadas ao incentivo à produção cultural, à ampliação dos circuitos de distribuição e à formação de públicos. Essa formação ocorreu, sobretudo, por meio da vinculação entre cultura e sistema educacional, entendido como um instrumento para estimular hábitos e expectativas de consumo cultural (Tojal, 2007, p. 53–54).

A autora aprofunda sua análise ao discutir a atuação de Gustavo Barroso, caracterizando-o como um intelectual do patrimônio fortemente vinculado a uma mentalidade *preservacionista* e ao projeto de edificação de uma cultura nacional. Sua influência foi significativa, sobretudo por ter fundado o primeiro curso de Museologia do país no Museu Histórico Nacional, espaço no qual suas concepções puderam ser amplamente difundidas na formação dos primeiros profissionais da área. Segundo essa perspectiva, a preservação do patrimônio estava diretamente associada à função de “fazer amar a pátria”, atribuindo aos museus a responsabilidade de despertar nos indivíduos um sentimento nacional cívico e homogêneo (Tojal, 2007, p. 59).

Conforme destaca Santos (1996, p. 60, *apud* Tojal, 2007, p. 59), o pensamento barrosiano tinha como objetivo central resgatar uma tradição nacional e forjar um sentimento cívico, partindo do pressuposto de que o museu deveria se constituir como uma “instituição das elites, as quais era atribuído o papel de fundadoras da nação brasileira”.

Nessa concepção, caberia ao Museu Histórico Nacional representar, por meio de seus objetos, a ação dessas elites na construção da história nacional, enquanto ao povo seria reservado um outro tipo de museu, de caráter folclórico,

voltado à fixação de traços culturais considerados singulares, porém desprovidos de centralidade histórica e política. Essa separação evidencia uma hierarquização das narrativas museológicas, na qual o protagonismo histórico é atribuído às elites, enquanto o povo é representado de forma secundária, o que limita a pluralidade de vozes e experiências presentes nos museus (Santos, 1996, p. 60, *apud* Tojal, 2007, p. 59).

Em síntese, algumas práticas associadas ao pensamento barroso foram sendo perpetuadas ao longo dos anos. Entre elas, podem ser destacadas:

persistindo nessas instituições ao longo dos anos: (a) coleta de acervo privilegiando determinados segmentos da sociedade – padrões de cultura importados; (b) abordagem puramente factual nas exposições, principalmente nos museus históricos; (c) culto à personalidade, exposição de objetos de uso pessoal, sem análise crítica da atuação do indivíduo na sociedade; (d) utilização, nas exposições, de textos com conteúdos dogmáticos, incontestáveis; (e) exposição sem contextualização. Percepção difusa quanto aos fenômenos culturais, econômicos e políticos, sem reflexão crítica (Tojal, 2007, p. 60).

Essa lógica museológica, fortemente marcada pela centralidade das elites e por uma concepção homogênea de identidade nacional, produziu efeitos diretos na forma como a participação social era compreendida — ou, mais precisamente, limitada — no interior dos museus. Ao reservar às elites o papel de sujeitos históricos legítimos e relegar o povo a espaços museológicos de caráter folclórico, descritivo e despolitizado, consolidou-se um modelo de representação excludente, no qual determinados grupos eram considerados dignos de memória, enquanto outros eram reduzidos a objetos de observação cultural. Nesse contexto, a noção de público não se orientava pela diversidade social, mas por um ideal normativo de cidadão, alinhado aos valores dominantes, às elites letradas e aos padrões culturais legitimados pelo Estado.

Tal estrutura não apenas invisibilizava amplos segmentos da população, como também dificultava qualquer discussão sobre acessibilidade nos museus. Isso porque a exclusão não se dava apenas no plano físico ou arquitetônico, mas, sobretudo, no plano simbólico e discursivo. Esta questão pode ser traduzida de acordo com a análise de Barbosa-Fohrmann (2016, p. 744):

O discurso de Michel Foucault sobre a deficiência se centra no tempo histórico-político da Idade Média ao início do século XX e coloca

em evidência os significados de segregação (ou exclusão) das pessoas com deficiência ao longo desse período.

Para Foucault, esse posicionamento do poder não é um incidente, falha ou mera coincidência histórica, mas, sim, intencionalmente produzido pelas instâncias de controle de poder político, médico e judicial. O sujeito, considerado “desqualificado” e, portanto, “anormal”, era, para as instituições detentoras de poder, um transgressor da lei. Seu desejo de violá-la é “correlativo de uma falha, de uma ruptura, de uma fraqueza, de uma incapacidade do sujeito” (Barbosa-Fohrmann, 2016, p. 744).

As pessoas com deficiência, assim como outros grupos historicamente marginalizados, não eram reconhecidas como sujeitos detentores de direitos. Eram pessoas inseridas em uma sociedade profundamente hierarquizada, suas experiências, saberes e formas de existir permaneciam fora das narrativas oficiais, não encontrando espaço nem mesmo nos museus voltados ao “povo”, que se limitavam a fixar traços culturais idealizados.

É por esses motivos que se torna relevante discorrer também sobre as lógicas coloniais e, a partir delas, promover o pensamento decolonial. Oliveira (2022, p. 16) esclarece a importância e o compromisso do movimento negro e da intelectualidade negra, que trouxeram para o campo das Ciências Humanas e para o campo museológico a preocupação com os processos de colonização e descolonização. Segundo a autora,

Entendemos que pesquisadores que tratam de temas como “a questão racial brasileira, a questão africana, o colonialismo, o racismo, o machismo, a situação da mulher negra, a juventude, as questões afroreligiosas, a cultura, a educação, a política, os direitos reprodutivos, a sexualidade, a deficiência, as identidades, o sofrimento, a coragem, a fé e o amor” (GOMES, 2020, p. 224) se inserem numa discussão sobre a pluralidade interna da ciência, contribuindo com uma perspectiva pós-colonial e multicultural.

Nesse sentido, ao nos inserirmos na temática que envolve o lugar da cultura africana e afro-brasileira nos museus, as afirmações da identidade negra e a representação do negro nessas instituições, introduzimo-nos em um movimento de rompimento com as barreiras coloniais. Enquanto pesquisadora negra, romper com essas barreiras não significa apenas ter a cultura negra como objeto de pesquisa, mas também ocupar o campo da pesquisa científica, produzindo conhecimento a partir de outras perspectivas (Oliveira, 2022, p. 16).

Mais adiante, a autora aborda a questão da representatividade e destaca que os intelectuais negros não se identificavam com o humanismo ocidental, o que, de certa forma, gerou frustração. Segundo Berth (2019, *apud* Oliveira, 2022, p. 17), “era preciso instrumentalizar certos grupos oprimidos para que pudessem

ter autonomia, como a população negra, por exemplo. Pois o contexto sócio-histórico é fundamental para pensar a resolução de problemas referentes à população negra”. A autora explica ainda que “a negritude nasce do sentimento de frustração de intelectuais negros por não terem se encontrado no humanismo ocidental. Por isto que é uma reação de defesa ao perfil cultural do negro. Representando um protesto em relação ao europeu” (Oliveira, 2022, p. 17–18).

O pensamento colonial, bem como a possibilidade de acesso amplo ou limitado, interfere também no valor atribuído às produções culturais, como se observa na distinção entre “arte” e “artesanato”, conforme afirma Canclini:

Esta variada capacidade de relacionamento com o patrimônio se origina, primeiro, da participação desigual dos grupos sociais em sua formação. Mesmo nos países em que a legislação e os discursos oficiais adotam a noção antropológica de cultura, que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social, existe uma hierarquia dos capitais culturais: vale mais a arte que os artesanatos, a medicina científica que a popular, a cultura escrita que a oral (Canclini, 1994, p. 96–97).

Ao destacar a relevância do rompimento com o colonialismo e os impactos desse processo, torna-se necessário abordar como os museus são compreendidos na contemporaneidade e quais compromissos fundamentam sua atuação. Nesse sentido, a definição de museu aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizada em Praga, resultou de um longo e amplo processo de construção colaborativa e de debates, estabelecendo a seguinte concepção de museu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

Apesar de se tratar da definição mais recente, já em 1990 Canclini apresentava reflexões semelhantes ao afirmar que:

O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca (Canclini, 1994, p. 113).

O autor destaca, entre outras questões, a importância de favorecer o pensamento crítico nas instituições museológicas, o que implica, ainda que de

forma indireta, a construção de caminhos que evitem a reprodução do pensamento colonial ou de outras perspectivas excludentes. Ao tratar da necessidade de promover exposições com códigos inteligíveis, Canclini (1994, p. 113) refere-se não apenas à comunicação em si, mas também à oferta de medidas que possibilitem a compreensão por parte de todos os públicos. Isso implica, necessariamente, a adoção de estratégias de comunicação acessível, o que inclui as pessoas com deficiência.

Segundo Bandeira e Freire (2007, p. 44), a diversidade, apesar de historicamente atravessada por relações de dominação, intolerância e incompreensão, apresenta um significativo potencial humanizador. Sua compreensão possibilita a ampliação de conhecimentos, o aprendizado mútuo e a construção de formas de convivência pacíficas e colaborativas. Nesse sentido, a diversidade cultural, tanto no plano da experiência quanto da reflexão, favorece a vivência da pluralidade, do diálogo, da convivência e da tolerância. É por meio da diversidade que as trocas se tornam possíveis, uma vez que o contato com o “outro” promove o conhecimento e até mesmo o autoconhecimento, contribuindo para o enfrentamento de estigmas negativos.

Canclini e Russio estão em consonância ao afirmarem que um dos principais papéis de um museu é permitir uma “consciência crítica” nas palavras de Rússio,

podemos dizer que é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo. A grande tarefa do museu contemporâneo é, pois, a de permitir esta clara leitura de modo a aguçar e possibilitar a emergência (onde ela não existir) de uma consciência crítica, de tal sorte que a informação passada pelo museu facilite a ação transformadora do Homem.

“Objetos musealizados”. Que são tais objetos?

O conceito também não é novo. Ob+jetto é tudo o que existe fora do “Homem”, aqui considerado um ser inacabado, um processo.

Esse ser inacabado, esse processo condicionado pelo seu meio capaz, de função, e lhe altera a forma ou a natureza, cria artefatos. Capaz de criar, percebe o objeto existente fora de si; não só percebe, como lhe dá função, e lhe altera a forma ou a natureza, cria artefatos (Rússio, 1990, p. 204).

A diversidade de artefatos também pode revelar aspectos fundamentais sobre seus criadores, incluindo cosmologias e formas específicas de

compreender o mundo. Nesse sentido, para além das culturas materiais, destaca-se a importância de a museologia promover uma análise sociomuseológica. Ao examinar convenções e declarações — como a Declaração de Quebec (MINOM) que é citada pelo autor, por exemplo —, Chagas (2007, p. 423) explica que todas elas traduzem uma constância e continuidade que ampliam as funções tradicionais da museologia e o papel que essas instituições devem assumir na sociedade contemporânea.

O autor ressalta que as questões relacionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional, demandam soluções que “implicam abordagens multifacetadas, ancoradas no princípio da participação e que não são específicas de um só grupo social, mas que, ao contrário, se assentam na participação e no compromisso individual e coletivo” (Chagas, 2007, p. 424). O autor pontua ainda que todas as instituições museais devem acompanhar as transformações pelas quais as sociedades estão sujeitas. Uma vez que estão a serviço da sociedade, “da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve” (Chagas, 2007, p. 424–425). Além disso, afirma que o museu

pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (Mesa Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972) (Chagas, 2007, p. 425).

Essa perspectiva permite compreender como se estrutura o pensamento decolonial no campo museológico. Trata-se de um exercício de leitura crítica do passado que possibilita esclarecer os processos históricos e perceber de que maneira a contemporaneidade foi sendo construída. Essa construção envolve múltiplas facetas e questões que impactam diretamente a realidade de todas as pessoas, seja no norte ou no sul global, influenciando tanto condições de “bem-estar” quanto de “mal-estar” das individualidades, conforme já exemplificado ao longo dos tópicos e subtópicos anteriores.

Nesse sentido, Chagas (2007) esclarece que a Sociomuseologia

constitui-se, assim, como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia, em particular, com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território.

A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica.

A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no patrimônio cultural e natural, tangível e intangível da humanidade.

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita (Chagas, 2007, p. 423).

É a partir da Sociomuseologia que se rompe com a concepção de museus como meros depositários de objetos, passando a compreendê-los como instituições formais comprometidas com o favorecimento do pensamento crítico. Esse compromisso se concretiza ao situar os acervos em seus contextos históricos, sociais e culturais, promovendo narrativas mais plurais e também decoloniais. Nessa perspectiva, a diversidade deixa de ser percebida como “exótica” ou tratada com indiferença, passando a ser compreendida como espaço de troca, aprendizado e reconhecimento mútuo.

A valorização e o reconhecimento da pluralidade constituem, assim, uma emergência no campo cultural, uma vez que

Cultura, como se sabe, na atualidade, não se traduz somente pelas questões de identidade. Perde também a sua força identitária na medida em que a globalização tenta destruir com o universal o que o conceito mais tradicional de cultura tenha um dia significado. Cultura nos novos tempos é, isto sim, um código privilegiado de comunicação, porque a comunicação coloca a todos no mundo e lhes permite compreender-se.

Sendo assim, se a ação cultural não for capaz de compreender a cultura pelo que ela pode significar de criação, pelo que ela pode significar de movimento e vida, pelo que ela pode significar em termos de um código comunicacional privilegiado pela sua capacidade de revelar os homens a eles mesmos, obviamente que não se prestará a operar qualquer tipo de mudança, mas, quando muito, uma mera contemplação (TOJAL, 2007, p. 45).

Dessa forma, compreender os museus como espaços de comunicação, participação e construção de sentidos implica reconhecer seu papel ativo na formação da consciência crítica e no enfrentamento das desigualdades históricas. Ao assumir esse compromisso, as instituições museológicas podem contribuir para a ampliação do acesso ao patrimônio cultural, para a inclusão de diferentes sujeitos e para a promoção de narrativas mais justas, plurais e acessíveis, em consonância com os princípios da Sociomuseologia e do pensamento decolonial.

## 6 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

O debate sobre acessibilidade em museus não pode ser dissociado de seu contexto histórico, dos marcos legais que orientam sua atuação, nem dos conceitos e das abordagens narrativas e ideológicas que estruturam suas práticas institucionais. Ao longo do tempo, os museus foram configurados a partir de determinados valores sociais, culturais e políticos, que influenciaram tanto os critérios de preservação e exposição quanto os públicos considerados legítimos nesses espaços. Assim, compreender a formação dessas narrativas, bem como os dispositivos normativos que regulam direitos culturais e sociais, constitui etapa fundamental para analisar de forma crítica as políticas e práticas de acessibilidade. É nesse enquadramento que se insere a discussão da legislação voltada às pessoas com deficiência, especialmente dos dispositivos que estabelecem a acessibilidade como direito assegurado.

Os recursos de acessibilidade desempenham papel fundamental na ampliação do acesso aos espaços museais, pois contribuem para reduzir barreiras físicas, comunicacionais e cognitivas que historicamente limitaram a participação de diferentes públicos. Ao incorporar recursos sensoriais, táteis, visuais e sonoros, bem como estratégias educativas adaptadas, os museus passam a oferecer múltiplas formas de interação com os conteúdos expositivos, favorecendo a compreensão e a autonomia dos visitantes. Esses dispositivos não devem ser entendidos como complementos opcionais, mas como elementos estruturantes de uma prática museológica comprometida com a democratização do acesso cultural e com o reconhecimento da diversidade de modos de perceber e apreender o conhecimento.

Assim, de acordo com Sarraf (2018, p. 33) os recursos adequados para acessar as produções culturais para pessoas com diferentes deficiências são:

- Pessoas cegas e com baixa visão: audiodescrição, transcrição de textos em Braille ou caracteres ampliados com alto-contraste, recursos táteis e multissensoriais, sinalização tátil e ampliada.
- Pessoas surdas e com deficiência auditiva: tradução em Libras, legendas em português e estenotipia.
- Pessoas com Surdocegueira: transcrição de textos em Braille, estenotipia Braille, recursos táteis e multissensoriais e acompanhamento de Guia-Intérprete.
- Pessoas com deficiência intelectual: textos redigidos sob o código de Leitura Fácil, atividades práticas com recursos sensoriais e oficinas criativas.
- Pessoas com transtorno do espectro autista: ambiente tranquilo, silencioso, com equilíbrio de estímulos sensoriais e com poucas

peças. Informações oferecidas de forma escalonada (Sarraf, 2018, P. 33).

A utilização de recursos acessíveis fortalece o caráter educativo dos museus ao promover experiências mais inclusivas e participativas, nas quais diferentes perfis de público podem construir sentidos a partir de suas próprias formas de percepção. Estratégias multissensoriais, materiais mediadores e ações educativas acessíveis ampliam as possibilidades de mediação cultural e contribuem para uma experiência de visita mais significativa. Nesse sentido, a acessibilidade deixa de ser apenas uma exigência normativa e passa a constituir um princípio orientador das práticas curatoriais e educativas, alinhado à promoção de direitos culturais e à efetiva participação social.

Como existe toda uma diversidade de pessoas e corpos, para cada tipo de deficiência ou deficiências múltiplas, existem vários tipos de tecnologias assistivas e adaptações que podem ser feitas. O material didático do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sobre Acessibilidade em Museus Módulo — Recursos Sensoriais e Educacionais, explora adequações específicas para promover a comunicação acessível para pessoas com deficiência sensorial e intelectual. Dentre elas, foram exemplificados: *Websites* acessíveis; folhetos acessíveis, textos e legendas em braille e caracteres ampliados; mapa tátil do espaço expositivo, publicações acessíveis, guias de visita acessíveis, recursos de mediação e comunicação sensoriais, textos e legendas com escrita simples, e acessibilidade em produtos audiovisuais.

Em relação à promoção do direito ao acesso à cultura, conforme estabelece o art. 42, parágrafo 2º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência,

O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil, 2015).

É notório que o acesso igualitário à cultura é um direito de todo e qualquer cidadão, porém, a acessibilidade universal ainda não é garantida em todas as instituições museológicas, o que, de certa forma, fere o direito de algumas pessoas que precisam das tecnologias assistivas e de adaptações arquitetônicas e urbanísticas para acessar os espaços culturais com mais autonomia e, por essa

razão, acabam sendo privadas de acessar o patrimônio cultural. Não se trata apenas do acesso à cultura, como questiona Piccolo:

De que forma uma pessoa que, no mais das vezes, não possui trabalho, bens, casa, carro, que não se casou e é impedida de estar em certos espaços pode ser feliz se são exatamente esses elementos que demarcam o símbolo da bem-aventurança em uma espacialidade no qual o ter se sobrepõe ao ser? (Piccolo, 2022, p. 202)

Ao discorrer sobre a falta de acessibilidade em museus, alguns estudos são relevantes ao destacarem o que tem sido feito para amenizar os impactos que a falta de acessibilidade causa. Sarraf (2018, p. 26), explica que o desenvolvimento de ações de acessibilidade para pessoas com comprometimentos físicos, sensoriais, intelectuais e múltiplos em espaços culturais tem sido uma demanda cada vez mais crescente no âmbito cultural. Ela afirma que centros culturais, dos mais conhecidos aos recém-abertos, espalhados pelos cinco continentes, “passaram a considerar as pessoas com deficiência, os idosos, as famílias com bebês e crianças pequenas, as pessoas com doenças graves e sofrimento psíquico como parte importante de seu público” (Sarraf, 2018, p. 26). Passando a garantir o acolhimento e a fidelização dessas pessoas, e propondo novas formas de se compreender os espaços com “estratégias de comunicação e mediação que tornem suas ofertas mais equitativas”.

Dos estudos que comprovam a falta de acessibilidade em alguns museus, e que também apontam possíveis mudanças que podem ser feitas, está a pesquisa elaborada por Pereira (et al. 2024) no artigo “*Design para experiência em museus: o uso da linguagem simples como recurso de acessibilidade para a pessoa idosa*”. Nele é mostrado como o grupo focal 6 idosos que reagiram a um painel denominado *Os Sete Povos das Missões* do Memorial do Rio Grande do Sul. Este painel foi adaptado com linguagem simples estando ao lado do original.

Em resumo, os autores descobriram, por meio de *Emocards*, que apesar de haver reações e emoções diferentes dentre os idosos que participaram, muitos se sentiram mais satisfeitos com a adaptação que foi feita demonstrando sentimentos positivos em relação à linguagem simples. A metodologia proposta neste estudo de Pereira et al. (2024, p. 16) evidencia que a “comunicação acessível em museus pode se beneficiar de diretrizes de linguagem simples, visando promover a experiência dos idosos em museus”.

É perceptível que algumas medidas relativamente mais simples em relação ao que seria construir um elevador acessível, por exemplo, podem ser feitas em museus com poucos recursos, por exemplo. Mas para isso, cabe aos profissionais dessas instituições de promoverem pesquisas, e analisar quais são as melhores formas de adaptar os textos expositivos, ou ampliar as legendas ou qualquer outra medida que esteja ao alcance da instituição.

Ademais, a análise de Andrade (2021), no artigo “Museu Inclusivo é Museu Acessível: a importância do Design Universal na promoção da acessibilidade na cultura”, foi descoberto que a promoção da inclusão enquanto objetivo institucional só é possível com conhecimento técnico, assim como é exigido em recursos humanos e financeiros e afirma que a “boa vontade é insuficiente para destinar recursos de forma eficiente e eficaz e gerar resultados relevantes” (Andrade, 2021, P. 32). Ela conclui que as instituições museais inclusivas “favorecem a coesão social, valoriza as diferenças e combate a desigualdade, a discriminação e toda causa ou forma de exclusão” (Andrade, 2021, P. 32).

A autora pontua que a promoção da acessibilidade por meio de uma gestão inclusiva é fundamental para as pessoas com deficiência, pois é ela que garante o cumprimento de outros direitos previstos em lei (Andrade, p. 40-41). Promover o acesso facilitado e adaptar adequadamente as instituições museológicas sempre que possível, implica o compromisso museológico de democratizar o acesso e assegurar o direito à cultura com autonomia. Mas, para isso, é necessário o conhecimento técnico (como conhecer a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050, por exemplo) para possibilitar e prover o amplo acesso que se faz tão necessário, como afirma Andrade.

.Outra pesquisa relevante é o artigo de Nunes e Paiva (2024), os autores analisaram os museus localizados em Ouro Preto e descobriram, por meio de uma análise qualitativa, que (44,16%) dessas instituições não apresentam qualquer recurso de acessibilidade, enquanto (55,84%) das instituições têm recursos insuficientes para atender às necessidade específicas de pessoas com deficiência (Nunes e Paiva, 2024, p. 153). Os autores também explicam que a própria topografia da cidade é bastante irregular e que por si só já dificulta o acesso dessas pessoas, e que não só os museus, mas o município também necessita elaborar um Programa de Acessibilidade condizente com sua realidade e limitações.

Apesar das limitações e desafios existentes, os profissionais que atuam em museus desenvolvem iniciativas e promovem melhorias dentro das possibilidades institucionais e dos recursos disponíveis. Sendo assim, Sarraf (2018, p. 38-39), aborda outra iniciativa, que é o programa de residência “Deficiente Residente”. Este programa foi criado em 2010, “um ano após a inauguração do Museu do Futebol, pelos então coordenadores do programa educativo Laerte Machado e Ialê Cardoso”. Assim,

O projeto foi elaborado para atender às demandas da equipe de educadores que solicitavam mais oportunidades de formação para atendimento aos visitantes com diferentes deficiências e atividades que proporcionassem um convívio mais intensivo com representantes desse público (Sarraf, 2018, p. 38).

Entre 2010 e 2015 foram realizadas cinco edições, cada uma com foco em um público específico (pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, física e com sofrimento psíquico). Os residentes, selecionados por edital e remunerados, atuavam por um semestre avaliando recursos existentes e criando novas estratégias e atividades acessíveis. Em 2016 houve uma edição de avaliação com ex-participantes e, em 2017, o modelo foi adaptado para o público idoso.

Os resultados superaram as metas iniciais: foram criados cursos de Libras, propostas de comunicação entre pares, jogos e atividades inclusivas, além de influenciar a criação da exposição “Olhar com outro olhar”, que apresentou formas sensoriais e acessíveis de vivenciar o futebol, com recursos como audiodescrição, Libras, Braille e percursos com piso tátil (Sarraf, 2018, p. 38).

Em *Cadernos Museológicos: Caderno de acessibilidade a Museus*, elaborado por Cohen, Duarte e Brasileiro (2012), as autoras promovem análises feitas em algumas instituições museais que, apesar de os profissionais terem tido algumas iniciativas para promover a acessibilidade, elas não são efetivas para promover a autonomia, o bem-estar e o amplo acesso ao patrimônio. Sendo assim, eles explicam que essa realidade continua sendo um problema para as pessoas com deficiência por falta de tecnologias assistivas realmente capazes de facilitar o acesso. As autoras também afirmam que dentre os principais problemas estão:

banheiros mal adaptados, quando adaptados; acessibilidade isolada sem a previsão de rotas acessíveis pelo museu; rampas muito inclinadas acima da recomendação da Norma de Acessibilidade da ABNT; inexistência de réplicas, maquetes ou outros recursos táteis para pessoas com deficiência visual, ausência de legendas ou sinalizações em braille (...), (Cohen, Duarte e Brasileiro, 2012, p. 161)

São recursos básicos e indispensáveis para essas pessoas conseguirem acessar o espaço e o que está sendo comunicado nas exposições. Para promover o acesso amplo a todos — mesmo que o direito à acessibilidade seja garantido em lei — transformar este direito em prática social exige embates, exige militância. Seguindo as autoras,

Devemos registrar que, por mais importante que seja a garantia do direito de acesso aos bens culturais preservados nos museus, e por mais abrangentes que sejam as soluções adotadas para facultar a pessoas de todos os tipos o acesso físico, sensorial e cognitivo às instituições museais, essa garantia continuará precária enquanto os processos de musealização dos bens culturais e de criação de museus continuarem sendo operados exclusivamente por determinados grupos sociais, economicamente privilegiados e politicamente dominantes. (...) Compreende-se assim que um dos desafios da acessibilidade ao patrimônio e aos museus está na capacidade de os grupos interessados nos diferentes tipos de acessibilidade conseguirem bons níveis de articulação, mobilização e militância (Cohen, Duarte e Brasileiro, 2012, p. 8).

As autoras defendem que para haver mudanças significativas, é necessário que os grupos interessados em diferentes tipos de acessibilidade se mobilizem de maneira organizada e consciente para promover a inclusão, porque grupos mais organizados estão mais preparados para pressionar a favor de seus direitos.

Tais estudos evidenciam que, por mais que existam iniciativas, a falta de acessibilidade é um problema estrutural. Mas existem outras formas de se promover a acessibilidade, como exemplo, estruturar um Programa de Acessibilidade no Plano Museológico. Pois é uma estratégia que deve ser estruturada e visa eliminar barreiras e garantir o acesso democrático, ele se baseia no Desenho Universal e normas como a ABNT NBR 9050, promovendo autonomia e independência.

As diretrizes técnicas de acessibilidade para edificações e espaços de uso coletivo, estabelecem padrões, critérios e parâmetros técnicos

a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações quanto às condições de acessibilidade.

No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos, foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar as necessidades individuais.

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT, 2020).

Como exemplo técnico de critérios e medidas espaciais adequadas, pode-se citar a área de circulação para as pessoas em cadeira de rodas. A ABNT NBR 9050 determina que a largura mínima frontal das cadeiras esportivas ou cambadas seja de 1 metro. Além de estabelecer dimensões referenciais para alcance manual, dimensões mínimas para calçadas, desníveis entre outros. Dessa forma, seguir estes critérios favorece a segurança e aumenta a qualidade de produtos, serviços e espaços, evitando improvisos e outros problemas.

No caso de um museu elaborar um projeto, por exemplo para o Edital de Modernização de Museus do IBRAM, além de adotar normas técnicas (como a NBR 9050) para estruturar adequadamente o projeto, ele também deve se referenciar nas diretrizes da Política Nacional de Museus (PNM), implementada pelo Governo Federal a partir de 2003. Um dos principais Eixos Programáticos da PNM que serve como base para o desenvolvimento de um projeto de acessibilidade é o Eixo Programático 5 sobre Modernização de Infra-estrutura Museológicas

5.1 Apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos.  
(...) 5.3 Estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição (Brasil, 2003).

Projetos bem estruturados são de suma importância, pois conseguem financiamento com mais facilidade, principalmente em editais públicos. É por esta e outras razões que os profissionais que atuam no âmbito museológico precisam, para além da “boa vontade”, promover a acessibilidade com base técnica e planejamento consistente. A capacitação e a formação continuada tornam-se, portanto, elementos fundamentais, tanto para o desenvolvimento de projetos quanto para a implementação de práticas inclusivas efetivas. Cursos de qualificação, treinamentos específicos e formação em áreas como desenho universal, tecnologias assistivas e comunicação acessível — incluindo a fluência em Libras para atuação de intérpretes — contribuem para que os profissionais

compreendam melhor as necessidades específicas das pessoas com deficiência e consigam oferecer atendimento adequado, autônomo e digno. Desse modo, a qualificação técnica fortalece a atuação institucional e amplia a efetividade das ações de acessibilidade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os comprometimentos físicos, sensoriais, cognitivos ou múltiplos não estão atrelados diretamente à pobreza, mas sim a falta de políticas públicas, e a deficiência — entendida como qualquer tipo de barreira, de acordo com o modelo social da deficiência — que é o fator principal que impede essas pessoas de exercerem diferentes funções com autonomia e independência, logo, é de fato uma questão social ampla. Ao abordar uma pesquisa que constatou que 80% das pessoas com comprometimentos se encontram no sul global, Piccolo (2022, p. 224-225) esclarece que isso provavelmente ocorre em decorrência das condições econômicas e ausência de cuidados básicos com a saúde, uma questão que de fato envolve políticas públicas. Tudo isso precisa ser esclarecido adequadamente para que a população possa compreender o assunto e “abraçar” a causa, até porque, qualquer pessoa poderia ter alguma deficiência algum dia (acidentalmente ou não).

Este é um tema multifacetado e a disseminação de informações confiáveis, assim como investimentos na área da saúde são indispensáveis. Um bom exemplo (como anteriormente citado) são as vacinas, que podem proteger contra doenças, complicações graves, hospitalizações e conseqüentemente alguns tipos de deficiência, por isso a necessidade de investimentos. Assim como a acessibilidade em museus é influenciada pelo poder público, a falta de acessibilidade nestas instituições também estão relacionadas com o fato de que “a maioria das prefeituras não promove políticas de acessibilidade, como lazer para pessoas com deficiência (78%) e turismo acessível (96,4%)” (IBGE, 2019).

Para além disso, as narrativas históricas como os discursos ideológicos colonialistas, eurocêntricos e hierárquicos de viés subalternizante, em que tudo o que representa a sociedade patriarcal machista burguesa é visto com plenitude e entendido como ideal, deve ser repensado. Pois tudo o que fugia desse padrão hegemônico era retratado de forma caricata e até mesmo grotesca. Eram indivíduos que em suas particularidades foram apagados, podendo ser retratados como bárbaros, atrasados ou profanos. Com esta análise, é possível compreender as origens da marginalização, exclusão e tantas outras formas de injúrias sociais.

Assim, para responder ao questionamento “quais caminhos poderiam ser traçados para que a acessibilidade seja implementada amplamente?” É preciso reconhecer que a acessibilidade em museus constitui não apenas uma exigência normativa, mas um compromisso ético e social com a democratização de acesso à cultura. Embora existam diretrizes técnicas consolidadas e políticas públicas orientadoras, observa-se que a implementação prática ainda ocorre de forma desigual, marcada por limitações estruturais e formativas.

Logo, os possíveis caminhos que podem levar à ampliação da acessibilidade envolvem multitarefas, como elaborar um Programa de Acessibilidade e incluí-lo no Plano Museológico com base em normas técnicas, submeter projetos estruturados para editais de financiamento e fomento, investir em capacitação contínua (como cursos de Libras para as equipes), promover a instalação de recursos multissensoriais, com o auxílio e a participação de pessoas com deficiência em todos os processos.

Além disso, os museus devem promover discursos condizentes com a realidade, devem estar alinhados com abordagens Sociomuseológicas para auxiliar no combate à desinformação e ser pilar de uma real transformação social. Para convencer as pessoas de que a acessibilidade é relevante, é importante falar sobre as pessoas com deficiência e dar a elas a devida visibilidade. Promover abordagens sobre como a sociedade tem se comportado em relação às diferenças, com modelos sociais excludentes e expor as lutas em prol de melhorias e reconhecimento, tornou-se uma necessidade. Exposições e narrativas de caráter inteligível, em que todos os pontos possam ser devidamente explorados, é essencial nesse processo. Para tanto, assim como vários outros autores apontam, a materialização dos direitos ao acesso, à participação plena e à inclusão, só serão efetivados por meio de mobilizações sociais organizadas e estratégicas, sendo a academia indissociável nestes processos.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, este estudo não contemplou investigações de campo, o que pode ser desenvolvido em pesquisas futuras, por meio de estudos de caso e avaliações diretas de práticas museológicas. Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate e para o aprimoramento das ações de acessibilidade e inclusão no campo museal.

## Referências

ANDRADE, Renata. Museu Inclusivo é Museu Acessível: importância do Design Universal na promoção da acessibilidade na cultura. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 31–50, 2021. DOI: 10.26512/museologia.v10i20.33960. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/33960> . Acesso em: 24 fev. 2025.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Emenda 1: 2021.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; FREIRE, Otávio. Antropologia: uma introdução. Fascículo 1. Cuiabá: EdUFMT, 2007. 108 p. il. color. (Consórcio Pró-Formar).

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. OS MODELOS MÉDICO E SOCIAL DE DEFICIÊNCIA A PARTIR DOS SIGNIFICADOS DE SEGREGAÇÃO E INCLUSÃO NOS DISCURSOS DE MICHEL FOUCAULT E DE MARTHA NUSSBAUM. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 736–755, 2017. DOI: 10.21783/rei.v2i2.76. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/76>. Acesso em: 11 jun. 2025

BORGES, Marcia Leite; SANTOS, Carícia Hercília A. Oliveira dos; DAIER, Racquel Nagem. *(IN)Acessibilidade versus políticas públicas: A realidade das pessoas com deficiência no Brasil*. Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 3, n. 1, p. 90–98, 2021. DOI: 10.14295/cn.v3i1.13043. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13043>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) . Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009, 14 jan. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL, Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2015, 07 de jul. Seção 1, p. 2 .

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146). Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus> . Acesso em: 29 jun.. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. Brasília, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc> . Acesso em: 25 jul. 2025.

CARLOS, Dafiana; ESCARIÃO, Glória. A Negação da Dignidade da Pessoa Humana e a Necessidade de Sua Superação. *LOGOS & EXISTÊNCIA: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOGOTERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL*. 3 (2), 137-153, 2014. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/le/article/view/19843> .Acesso em: 05 maio 2025.

CHAGAS, Mário. *Definição Evolutiva de Sociomuseologia: Proposta e Reflexão*. XIII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa, setembro de 2007.

CHAVES, Denisson Gonçalves. *O conceito contemporâneo da deficiência e o modelo biopsicossocial*. Brasília, DF: Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2024. Curso desenvolvido no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Profissional (DDPRO/ENAP).

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. *Acessibilidade a Museus*. Brasília, DF: Minc/Ibram, 2012. 190 p. (Cadernos Museológicos, v. 2) ISBN 978-85-63078-193. <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/cadernos-museologicos-volume-2-acessibilidade-a-museus/view> Acesso em 06 mar. 2025.

Conheça o único museu de quilombos e favelas de Minas Gerais. Visão do Corre – Corre profuturo / Terra. [S.l.], 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/corre-pro-futuro/conheca-o-unico-museu-de-quilombos-e-favelas-de-minas-gerais,1c79e3c9b7013ac32bc7c9b402a0c1a5bmercwjq.html> .Acesso em: 24 ago. 2025.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora. *Modos de coMviver do Índio com deficiência: um estudo de caso na etnia indígena Pankararé*. 2013. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (orgs.). *Conceitos-chave de museologia*. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p. ISBN 978-85-8256-025-9.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95–115, 1994. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf). Acesso em: 3 ago. 2025

GONÇALVES, Marques Gonçalves; MACHADO, Monise Pedreiro. Direito à diferença: desafios e possibilidades para a concretização dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência no Brasil. *Revista Direito UFMS*, Campo Grande, MS, v.4, n.1, p. 155 - 176 , jan./jun. 2018.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. *Acessibilidade em museus: material didático do curso*. Brasília: IBRAM, [s.d.].

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, Portaria nº. 3.135, de 20 de setembro de 2024, Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória - Acesse Museus no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-3.135-de-20-desetembro-de-2024-585909607>. Acesso em: 06 nov. 2024.

ICOM, Conselho Internacional de Museus. *Nova Definição de Museu* (tradução). [S.l.], c2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade; BONIN, Anamaria Aimoré. Para pensar os museus, ou "Quem deve controlar a representação do significado dos outros?". *MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, n. 3, p. 117-128, 2007. ISSN 1807-6149.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989a. p. 10–21.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley(org.). *Psicologia social: o homem em movimento* 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989b. p. 34–39.

LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley(org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989c. p. 40-47.

LIMA, Aline Cristina Bezerra Leite Carvalho. A inclusão social das pessoas com deficiência como efeito da efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana: análise no plano normativo. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, Fortaleza, CE, Brasil, v. 10, n. 2, p. 355–372, 2012. DOI: [10.32586/rcda.v10i2.250](https://doi.org/10.32586/rcda.v10i2.250). Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/250>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LOSCHI, Marília. Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes. Agência de Notícias do IBGE, Brasília, 20 set. 2017. Atualizado em 17 maio 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes> . Acesso em: 25 jul. 2025.

NUNES, Gilson Antonio, e de PAIVA , Gedida Ferreira (2024). DIAGNÓSTICO DA ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MUSEUS DO DESTINO TURÍSTICO OURO PRETO-MG. *Humanidades Em Revista*, 6(2), 145-156. <https://seer.unirio.br/hr/article/view/13430/12711> Acesso em: 19 fev. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Tradução oficial disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLIVEIRA, Claudia. A Deficiência ao Longo da História. [Apresentação]. Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves (FSG), [s.d.]. *Necessidades Especiais e Psicologia*.

OLIVEIRA, Karoline Mery de. A cultura negra e a disputa de memória nos museus. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14., 2022, Pernambuco. Anais eletrônicos do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PE. Pernambuco: ANPUH-PE, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.pe.anpuh.org/site/anais> . Acesso em: 25 Novem. de 2025

PEREIRA, Cristiano da Cunha; SILVA, Tânia Luisa Koltermann; CARDOSO, Eduardo Design para experiência em museus: o uso da linguagem simples como recurso de acessibilidade para a pessoa idosa. *Revista de Gestão e*

Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 10, p. e4318, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i10.4318. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4318> . Acesso em: 30 mar. 2025.

PICCOLO, Gustavo Martins. O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022. <http://www.ifgoias.edu.br/attachments/article/32941/O%20LUGAR%20DA%20PES%20SOA%20COM%20DEFICI%20ANCIA%20NA%20HIST%20RIA%20-%20Gustavo%20Martins%20Piccolo.pdf> acesso em: 02 mar. 2025

RÚSSIO, Waldisa Camargo Guanieri. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes (org.). Waldisa Rússio Camargo Guanieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Volume 1: a evidência dos contextos museológicos. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1990. p. 203–207.

SANDEL, Michael Joseph. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 20. ed. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SARRAF, Viviane Panelli. *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência: benefícios para todos*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 6, p. 23–43, jun. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAWAIA, Bader Burihan. (2002). *Participação social e subjetividade*. Em: Marcos Sorrentino (Ed.), *Ambientalismo e participação na contemporaneidade* (pp. 115-134). EDUC/FAPESP.

SOILO, Andressa Nunes. Do evolucionismo clássico ao particularismo histórico na antropologia: principais ideias. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 1, p. 251–261, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/2541> . Acesso em: 09 abr. 2025.

SOUSA, Eloisa Ramos. As artes africanas no território museu: em busca de novas ressignificações. In: NARLOCH, Charles (org.). *Museus, museologia e ciência no Brasil: território e sustentabilidade: conceitos em disputa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2024. v. 2, p. 145–187. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2025/livro-museus-museologia-ciencia-v-2.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

TAVARES, Reinaldo. Apropriações étnico-culturais de pesquisas arqueológicas em territórios sensíveis: validações e contradições. In: NARLOCH, Charles (org.).

Museus, museologia e ciência no Brasil: território e sustentabilidade: conceitos em disputa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2024. v. 2, p. 189–199. Disponível em: Acesso em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2025/livro-museus-museologia-ciencia-v-2.pdf>. 3 ago. 2025.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Euthanasia program. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/euthanasia-program>. Acesso em: 23 jun. 2025.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão?. Estudos de Psicologia (Campinas), [S. l.], v. 23, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/12609>. Acesso em: 24 jul. 2025.

